

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**ZONA OESTE ATIVA: OCUPAÇÃO E RESISTÊNCIA REFAZENDO
A VIDA PÚBLICA NA PRAÇA**

ISABELLA AFONSO LEAL

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**ZONA OESTE ATIVA: OCUPAÇÃO E RESISTÊNCIA REFAZENDO
A VIDA PÚBLICA NA PRAÇA**

ISABELLA AFONSO LEAL

Sob a Orientação da Professora

Adriana Amaral Ferreira

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Seropédica, RJ.

Setembro de 2022

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Lz LEAL, Isabella Afonso, 1996-
Zona Oeste Ativa: Ocupação e Resistência Refazendo
a Vida Pública na Praça / Isabella Afonso LEAL. - Rio
de Janeiro, 2022.
101 f.

Orientadora: Adriana Amaral FERREIRA. Trabalho
de conclusão de curso(Graduação). -- Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro, Serviço Social, 2022.

1. Cultura. 2. Crítica do Capital. 3. Periferia
Urbana. 4. Resistência. I. FERREIRA, Adriana Amaral,
1980-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro. Serviço Social III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
COORD. CURSO GRAD. EM SERVIÇO SOCIAL



ATA Nº 4611 / 2022 - CoordCGSS (12.28.01.00.00.00.04)

Nº do Protocolo: 23083.059742/2022-98

Seropédica-RJ, 26 de setembro de 2022.

Isabella Afonso Leal

ZONA OESTE ATIVA: OCUPAÇÃO E RESISTÊNCIA REFAZENDO A VIDA PÚBLICA NA PRAÇA

Trabalho de Conclusão de Curso submetido como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Serviço Social**, pelo Curso de Graduação em Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Data de aprovação: 13 de setembro de 2022.

Banca Examinadora:

Prof.^a Doutora Adriana Amaral Ferreira

Orientadora - presidenta (DEDH/UFRRJ)

Prof.^a Mestra Monique Lima de Oliveira

Membro externo - Unicamp

Prof. Doutor Leandro Machado dos Santos

Membro interno - DTPE/UFRRJ

(Assinado digitalmente em 26/09/2022 09:51)
ADRIANA AMARAL FERREIRA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptHOT (12.28.01.00.00.00.10)
Matrícula: 1783266

(Assinado digitalmente em 26/09/2022 10:26)
LEANDRO MACHADO DOS SANTOS
CHEFE DE DEPARTAMENTO - SUBSTITUTO
DeptTPE (12.28.01.00.00.00.24)
Matrícula: 2876923

(Assinado digitalmente em 26/09/2022 13:50)
MONIQUE LIMA DE OLIVEIRA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 090.143.667-44

Para verificar a autenticidade deste documento entre em
<https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **4611**, ano:
2022, tipo: **ATA**, data de emissão: **26/09/2022** e o código de verificação: **ca0aacb697**

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos fazedores de cultura que ocupam a Zona Oeste, especialmente aqueles que atuam de forma autônoma, driblando os desafios e fazendo da sua própria vida, o encontro da luta com a arte. Agindo, através da crítica social, com coragem, propósito e afeto.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a espiritualidade e a ancestralidade. Honro e aprendo com a história da minha família. Compreendo a necessidade de saber da onde viemos para melhor entendimento da onde desejamos ir. Portanto, agradeço aos meus avós maternos Walmir Matias e Madelene Cruz, bases de toda a minha força. Meus avós paternos, José Domingos e Josete. Meus pais José Leal e Fátima Afonso e meu irmão Daniel Afonso Leal.

Agradeço imensamente aos meus amigos da escola, que tornaram-se grandes amigos de vida. Obrigada por acreditarem nos meus sonhos: Rafael Seara, Rodrigo Henrique, Ronaldo Pedro, Sandy Rodrigues, Isabella Lino, Thayná Gomes, Leticia Alves,

As pessoas que idealizaram as primeiras rodas de conversa da Zona Oeste Ativa, minha profunda gratidão: Kharine Gil, Luísa Sattler, Thamires Castro, Núria Souza e Lucas Muniz. Também sou grata à Juliana, Maiara. Sou grata a Aline Fonseca. E também as diversas pessoas que somaram durante os anos de mobilização do coletivo. Sou feliz por ter encontrado pessoas que, assim como eu, sentiam o desejo de realizar intervenções culturais no território, ao passo que faziam reflexões críticas acerca da realidade.

Um agradecimento especial a Carolayne Ferreira, uma grande amiga nessa jornada universitária, que me ensinou, acolheu e viveu comigo momentos de felicidade, conquistas e desafios. Ainda bem que encontrei você.

Sou grata às professoras que despertaram em mim a vontade de pesquisar e escrever. Rachel Gouveia, Malú Vale, Adriana Amaral e Lucia.

Agradeço aos projetos sócio-culturais como Zona de Cinema, Lata Doida, Mulheres do fim do mundo, Festival de Música e Cultura de Rua de Bangu, Pré-Vestibular Social Emancipa, Viaduto Cultural, Raízes do Gericinó, Movimento pelo 100% Parque de Realengo Verde, TudoNumaCoisaSó, Sarau do Calango, Movimento Pró Casa Silveirinha, Centro de Cultura Negra Fruta do Pé, OdeFotos, Agenda Realengo 2030, Casa da Rua do Amor, Maria Realenga, Ambulante Cultural, Casa da Cultura, Bloco Flor de Lis, Centro de Estudos e Divulgação das Culturas Negras (CEDICUN), Vivências em Danças Populares, Kubata BigField Angolá e muitos outros. Agradeço por toda a troca e aprendizado.

Ao Programa Papo na Laje¹, pela oportunidade de falar sobre a experiência da Zona Oeste Ativa e a cultura na minha região.

Ao Bruno Passos, a Claudia Santos e toda a sua família. Por todo apoio e afeto.

¹ #14 Papo na Laje: Ocupar as Praças. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9-BPbEpyFZ0>. Acesso em 07/09/2022.

“A luta pela libertação é, antes de tudo, um ato cultural” Amílcar Cabral

RESUMO

Esse trabalho de conclusão de curso é fruto de pesquisa bibliográfica unida à intervenção social. Com uma abordagem autonarrativa, inspirada no conceito de “Escrevivência”, de Conceição Evaristo, se dá como um relato de experiência. Propomos a reflexão e análise social a partir da prática produção cultural do movimento Zona Oeste Ativa. Usamos o materialismo histórico, a partir, principalmente, das elaborações sobre a “Crise Estrutural do Capital” desenvolvida por István Mészáros. O coletivo, oriundo de Bangu, zona oeste do Rio de Janeiro, é mais um exemplo de mobilização comunitária auto-organizada, em resistência, no território periférico. Nosso objetivo é afirmar essa potência da produção cultural, na forma da arte e da política, enquanto instância crítica. Na periferia se produz cultura e memória libertária, e isto se dá através de ações concretas voltadas para o território. Esses movimentos são invisibilizados e estão à margem do mapeamento cultural da cidade. Sendo assim, entendemos esse trabalho como um esforço de sistematização e narração dessas práticas, para aprimorá-las, formá-las e comunicá-las.

Palavras-Chave: Cultura, Crítica do Capital, Resistência, Periferia Urbana

ABSTRACT

This paper is the result of bibliographic research linked to social intervention. With a self-narrative approach, inspired by the concept of “Escrevivência”, by Conceição Evaristo, it is given as an experience report. We propose social reflection and analysis from the practical cultural production of the Zona Oeste Ativa movement. We use historical materialism, based mainly on the elaborations on the “Structural Crisis of Capital” developed by István Mészáros. The collective, from Bangu, west of Rio de Janeiro, is yet another example of self-organized community mobilization, in resistance, in the peripheral territory. Our objective is to affirm this power of cultural production, in the form of art and politics, as a critical instance. In the periphery, libertarian culture and memory are produced, and this happens through concrete actions aimed at the territory. These movements are invisible and are outside the cultural mapping of the city. Therefore, we understand this work as an effort to systematize and narrate these practices, to improve them, form them and communicate them.

Key words: Culture; Urban Periphery; critiques of Capital,; Resistance;

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1: ZONA OESTE ATIVA: HISTÓRIA DE FORMAÇÃO E BASES CRIATIVAS DE TRANSFORMAÇÃO DO TERRITÓRIO.....	16
1.1 MEMÓRIAS E NARRATIVAS DA MOBILIZAÇÃO E RESISTÊNCIA CULTURAL NA PRAÇA GUILHERME DA SILVEIRA, EM BANGU	17
CAPÍTULO 2. CULTURA E RESISTÊNCIA NA PERIFERIA DO CAPITALISMO EM TEMPOS DE BARBÁRIE.....	63
2.1. Transformação das lutas sociais na expansão do capitalismo.....	64
2.2. Resistências populares na periferia no contexto de crise estrutural do capital.....	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	98

1. INTRODUÇÃO

Para início de conversa, gostaria de iluminar como base desse trabalho, o termo “Escrevivência”, cunhado por Conceição Evaristo em sua prática literária, enquanto um compromisso com a condição de mulher negra. Em uma sociedade marcada pelo racismo estrutural e desigualdade social, escrever e viver, para corpos negros e periféricos, é também denunciar, quebrar o silêncio imposto e não mais contar histórias pacificar relações opressivas. Segundo palavras da autora:

Se eu for pensar bem a genealogia do termo, vou para 1994, quando estava ainda fazendo a minha pesquisa de mestrado na PUC. Era um jogo que eu fazia entre a palavra “escrever” e “viver”, “se ver” e culmina com a palavra “escrevivência”. Fica bem um termo histórico. Na verdade, quando eu penso em escrevivência, penso também em um histórico que está fundamentado na fala de mulheres negras escravizadas que tinham de contar suas histórias para a casa-grande. E a escrevivência, não. A escrevivência é um caminho inverso, é um caminho que borra essa imagem do passado, porque é um caminho já trilhado por uma autoria negra, de mulheres principalmente. Isso não impede que outras pessoas também, de outras realidades, de outros grupos sociais e de outros campos para além da literatura experimentem a escrevivência. Mas ele é muito fundamentado nessa autoria de mulheres negras, que já são donas da escrita, borrando essa imagem do passado, das africanas que tinham de contar a história para ninar os da casa-grande (CONCEIÇÃO EVARISTO, 2020, s/p).

Sabe-se que a experiência é pedra preciosa na vida de nós, seres humanos. Todavia, eu passei a maior parte da minha graduação sem cogitar que minhas experiências de produção cultural independente poderiam ser um belo caminho de pesquisa, refletindo sobre a região periférica em que cresci, onde desenvolvi projetos de modo coletivo, comunitário, afetivo e auto-organizado.

Foi a partir das discussões acerca dos movimentos sociais e da cultura na universidade que uma lâmpada acendeu em minha mente. Destaco a importância do projeto de extensão “Educação Popular, Movimentos Sociais e Serviço Social” e do “Grupo de Estudos Cultura e Educação Popular” vinculados ao curso de Serviço Social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Junto com o grupo de estudos, coordenado pela professora Adriana Amaral Ferreira, construímos duas oficinas online. A primeira “Luta pela terra e tradições de resistência na Baixada Fluminense”, cujo título é auto-explicativo, e “Rupturas e Encantamentos”, na qual nos foi proposto articular nossas

vivências com elaborações teóricas. Nesta prática, tive a oportunidade de debruçar sobre meus interesses pessoais, como poesia, ukulele, tarô, e minha atuação política e cultural no meu território, abordando temas como pixo, graffiti, cultura e arte.

A partir destas e de outras experiências, me foi proporcionado pensar a cultura como modo de vida. Na oportunidade de ser extensionista e pesquisadora, realizando estudos semanais, oficinas, cursos de extensão de cultura e movimentos sociais, aliado à prática do movimento cultural, fui construindo meu olhar sobre o mundo. Através das leituras, compreendi que o processo de ensino-aprendizagem, pesquisa e extensão deve ser, sobretudo, um processo de comunicação em sua essência, um processo dialógico (FREIRE, 1983). Desta forma, os saberes acadêmicos jamais devem se sobrepor aos saberes dos sujeitos do campo ou de povos tradicionais cuja fonte de memória é a tradição oral. Por isso, todas as pessoas envolvidas devem estar em constante troca de experiências e percepções.

Através do Projeto de Extensão, na companhia de outras pesquisadoras mulheres - Carolayne Ferreira, Cibele Araújo, Juliana Russo, Ramona Lavouras e a orientadora Adriana Amaral - visitamos o assentamento Marli Pereira, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) em Paracambi, região metropolitana do Rio de Janeiro. Este assentamento homenageia uma mulher preta e ativista que lutou por justiça no caso da morte de seu irmão assassinado com 12 tiros pela polícia militar na Baixada Fluminense, em tempos de ditadura militar. A primeira vez que estivemos lá, foi em uma data festiva pelos 10 anos de resistência no local. Em clima de comemoração, fomos levados a mesa de alimentos, onde fomos apresentadas ao suco, ao patê e à geleia de Chaya. A Chaya é uma planta nativa do México, de grande significado para o assentamento, pois é através dela que são produzidos alimentos e bebidas para a venda nas feiras orgânicas. Além de ser uma planta que se adapta fácil e se multiplica muito bem, é surpreendentemente nutricional e anti-inflamatória. Apesar do acampamento Marli Pereira ser protagonista de uma história surpreendente, os líderes ainda narram a dificuldade que é reunir pessoas em situação de falta de recursos. Sobre isso, é importante considerar que, enquanto o Capital vai expulsando o povo da possibilidade de vender sua força de trabalho, o movimento de pessoas que lutam pela terra “recompõe o espaço de trabalho, reconstrói as famílias e eleva o nível de consciência das pessoas” (BOGO, 2003, p. 43). No livro *Arquiteto de Sonhos*

(2003), Ademar Bogo, dirigente nacional do MST, traz narrativas de eventos e conversas com militantes e ativistas para revelar a construção do sonho da Reforma Agrária, a partir do movimento social organizado que integra.

A finalidade principal do Projeto de Extensão da UFRRJ consistia em registrar histórias de resistência e tradições que perpassam de geração a geração, especialmente pela relevância de tais processos constituírem a memória da comunidade e da sociedade. Nosso objetivo era que a pesquisa colaborasse para a perpetuação da prática desses movimentos que se encontram periféricos ao sistema vigente, cada vez mais mergulhado em ruínas, fruto do que István Mészáros (2011) elabora como Crise Estrutural do Capital. No viés do materialismo histórico, o conceito de Cultura ganha profundidade e complexidade maiores do que se fosse interpretada somente como entretenimento, ou qualquer outro reducionismo do termo.

Seguindo essa premissa, neste trabalho, o primeiro Capítulo, intitulado “Memórias e narrativas da mobilização e resistência cultural na praça Guilherme da Silveira, em Bangu” tem como objetivo discorrer sobre uma experiência, através da escrivência como mulher, negra e “cria de Bangu”. O objeto de narração e análise é o coletivo Zona Oeste Ativa (ZOA)², o qual realiza ocupações culturais, desde 2015, em uma praça pública na periferia do Rio de Janeiro, a Praça Guilherme da Silveira, nome da estação de trem e sub-bairro de Bangu. Bangu conta com aproximadamente 250 mil habitantes³, sendo o segundo bairro mais populoso da cidade. Neste território, enfrentamos um cenário de escassez em investimento público no campo da cultura e nos demais setores. E não à toa, é desse solo periférico que emergem as manifestações culturais mais espontâneas e explosivas.

Para isso, optei por narrar as experiências do movimento, o ponto de partida, as intervenções culturais, os conflitos e as muitas reflexões e questionamentos produzidos por moradores do bairro, cujas vivências são distintas e diversas. Porém, a relação com o território e o propósito de ocupar um local público através da cultura e da política uniu um grupo de jovens adultos para essa construção em conjunto.

2 As páginas do Facebook, Instagram e Youtube do Coletivo são respectivamente: <https://www.facebook.com/ZOativa> ; <https://www.instagram.com/zonaosteativa/> e <https://www.youtube.com/channel/UC8bmAwXVgBhWhNII1JK0rcQ>;

3 Segundo artigo “Precisamos falar de direito à cidade”, do vereador William Siri, representante da juventude da Zona Oeste na Câmara do Rio. Disponível em: <https://diariodorio.com/william-siri-precisamos-falar-do-direito-a-cidade/>. Acesso em 06/09/2022.

Nesse contexto desafiador, o movimento cultural Zona Oeste Ativa, consiste, especialmente, em realizar intervenções políticas e culturais na praça de modo a ressignificar o espaço público através de rodas de conversa e intervenções artísticas, a fim de desenvolver coletivamente um campo político e cultural mais consciente no bairro, apesar de ser um território conflagrado pelo tráfico e pela milícia.

É importante dizer que essa prática de resistência cultural me possibilitou um grande aprendizado de vida e enriquecimento humano, o que eu considero uma formação realizada na rua. Além disso, cursar serviço social na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, estando localizada em Seropédica, na Baixada Fluminense, me possibilitou um olhar mais crítico e sensível acerca da realidade social brasileira, assim como o entendimento da importância da práxis, ou seja, a ação consciente e concreta a partir da teoria e prática (FREIRE, 1983).

Sem dúvidas, os estudos da crítica da economia política, do modo de produção capitalista e de sua reprodução enquanto sistema econômico, político e social, me possibilitaram angariar ferramentas para construir um olhar atento aos movimentos do real. Sabe-se que tal modelo econômico não se produz e nem se reproduz sem as contradições, que podem ser observadas enquanto denúncias, na História, especialmente através dos movimentos de resistência contra a Modernidade.

Com efeito, as formas de resistência contra essa “Modernidade” imposta, provoca reverberações até os dias atuais e ao chegar no que István Mészáros (2011) chama de ‘A crise estrutural do Capital’, é possível observar a mudança nos modelos de luta. Atualmente, os trabalhadores vivem um processo de desfazer-se enquanto classe, pois cada vez mais os pobres estão sendo expulsos dos postos de emprego e sobrevivem à margem do sistema econômico.

Com base no artigo *Indicadores da oferta cultural na cidade do Rio de Janeiro* (2016), da pesquisadora Daniele Cristina Dantas, a tão falada “precariedade” da Zona Oeste é encarada como uma memória construída e anexada aos contextos sociais que vivemos. Se a história oficial contada aponta somente a escassez, é a escassez que iremos enxergar. Segundo a autora, essa narrativa de falta se legitima no imaginário popular e no inconsciente coletivo (DANTAS, 2016). Por isso, a ZOA visa valorizar a produção cultural da zona oeste, evidenciando o potencial criativo e intelectual dos sujeitos periféricos.

Destacamos que a Zona Oeste Ativa é protagonizada por mulheres. Ativadoras comprometidas com a cena artística, cultural e com a política territorial e regional. Assim sendo, no primeiro capítulo, através de um relato de experiência, esse trabalho irá discorrer sobre tais realizações e implicações no território, numa perspectiva de práxis (FREIRE, 1983), de articulação de teoria e prática para intervenção na realidade. Sem esquecer de abordar a importância das festas e das celebrações para transmissões das memórias de resistência.

Mais adiante, no Capítulo 2, “Cultura e resistência na periferia do capitalismo em tempos de barbárie” a intenção é apropriar-me de um debate teórico acerca dos Estudos Culturais e das formas de resistência na História, ao passo que as forças capitalistas são desenvolvidas. A partir de autores de orientação marxista como o historiador Edward Palmer Thompson e o filósofo István Mészáros, ressaltamos a relevância da vida cotidiana, na qual pessoas mobilizadas lutam por novos dias, em desconformidade com as normas da Modernidade imposta. Haja vista a crise estrutural do Capital (MÉSZÁROS, 2011) e seus sintomas (Pandemias, Desemprego, Genocídios, Mudanças Climáticas, etc) há muito sobre o que lutar e por isso surgem movimentos populares organizados pautando novos modos de vida, defendendo coletivamente valores mais humanos e sendo corpo e voz de suas lutas.

É importante ressaltar e considerar as mediações históricas e culturais necessárias para se compreender os diferentes momentos e contextos históricos. Os motins da fome, narrados pelo historiador Thompson (1987; 1988), correspondiam a um momento na Europa no qual a expansão do capitalismo era notável, assim como a transição de uma sociedade pré-capitalista para o Capitalismo Urbano Industrial, no processo de formação da classe operária e da mobilização de uma multidão que lutava contra a fome e contra um sistema econômico que se constituía ao passo que destruía a vida comunitária dessas pessoas que passaram a ser reduzidas a mera força de trabalho. Alguns séculos depois, temos a vigência de uma crise estrutural do Capital que, nas periferias do Capitalismo, aponta para contradições ainda mais aprofundadas, uma vez que o projeto de modernização se concretizou tardiamente nesses países. Desse modo, sobrevivemos ao desemprego, à violência urbana, à violência policial, à corrupção, à intolerância religiosa, pandemias,

adoecimento psíquico, emergência climática, etc. Mesmo assim, a luta auto-organizada é uma realidade e vem se levantando enquanto novas formas de resistência na história.

Toda essa luta, que é histórica, se faz para defender o que Thompson (1987) chamou de “economia moral” da multidão, isto é, valores humanos e culturais inquestionáveis para a sobrevivência e ética humana, assim como pode ser observado no comportamento popular dos Motins da fome do século XVIII e nos motins, resistências e guerrilhas contemporâneas.

Ainda no capítulo 2, retomamos a relação local-global a partir da relação entre classe trabalhadora e as reinvenções necessárias para construção popular da resistência ao sistema capitalista. Entendemos que com a aceleração do capitalismo e aprofundamento da sua crise, os trabalhadores precisam refazer os laços comunitários, produzindo novas formas de luta, diferentes das lutas tradicionais do proletariado nas instituições, como sindicatos e partidos. As estratégias de luta mudam, e a partir da Zona Oeste Ativa, exemplificamos como este processo de resistência se constitui a partir da relação auto-organizada entre as pessoas com olhar afetivo, crítico e ação concreta sobre seus territórios.

CAPÍTULO 1: ZONA OESTE ATIVA: HISTÓRIA DE FORMAÇÃO E BASES CRIATIVAS DE TRANSFORMAÇÃO DO TERRITÓRIO

A Zona Oeste Ativa tinha como proposta debater a cidade do Rio de Janeiro, tendo a Zona Oeste como o seu principal foco e, para isso, convidando pessoas consideradas referência em algum tema sócio-político para iniciar a reflexão da noite, seguindo do microfone aberto para que as pessoas também pudessem falar. Tempos depois, durante o processo de escrita desse trabalho, percebi que tal forma de mobilização reproduzia uma metodologia de mobilização ligada a partidos de esquerda, ainda que tenha surgido de maneira espontânea na praça. Porém, se a luta partidária é pautada dentro dos limites do sistema econômico, a luta comunitária de raiz africana se aproxima da própria cultura de diáspora como modo de resistência. Esse é o caminho que desejo fazer. Mas, antes disso, entendo que rememorar é de extrema importância para essa nova construção. E de memória, a Zona Oeste Ativa tem das mais poéticas. Esse trabalho deseja voltar-se para a potencialização de uma comunidade, de uma memória apagada, de uma corporeidade que sofre tentativas de repressão. Desse modo, cabe a autocrítica e a percepção do

enraizamento do modo de vida que a pós colonialidade ainda nos impõe, e o enraizamento de valores e significados. Seja na vida, no amor, na luta e na dor. A Zona Oeste Ativa, assim como todo show, deve continuar, porém, reinventando-se ao passo que a ancestralidade, a sabedoria e o aprendizado permite a reinvenção do caminho. O futuro é ancestral e o aquilombamento essencial para o Brasil Afro-indígena que é.

1.1 MEMÓRIAS E NARRATIVAS DA MOBILIZAÇÃO E RESISTÊNCIA CULTURAL NA PRAÇA GUILHERME DA SILVEIRA, EM BANGU

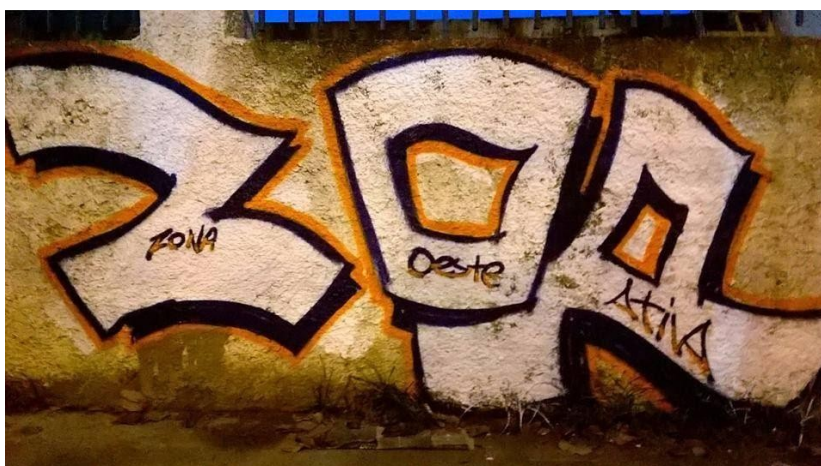
Hoje eu voltei
quero cantar
O funk corre em minhas veias
Seja em qualquer lugar
Sou da zona oeste
onde brilha nossa luz
Eu sou Marcinho de Bangu
Sou Bob Rum de Santa Cruz
(Mc Marcinho e Mc Bob Rum)

Em destaque, é preciso citar a centralidade das mulheres nas experiências político-culturais de resistência periférica. Essa é uma das características elencadas na Carta da Maré, manifesto elaborado a partir de um seminário internacional de periferias. Tal protagonismo configura uma potência própria de regiões periféricas e que se confirma na estrutura da ZOA: “Forte protagonismo feminino em questões fundamentais como propagação de saberes ancestrais, condução de ações educativas, políticas, culturais e econômicas” (DAS FAVELAS, 2017, p. 5).

Talvez por isso, a necessidade de primeira pessoa neste relato, a necessidade de trazer músicas, referências artistas e poesia. Segundo Conceição Evaristo, em entrevista para o Itaú Social, em 2020, “Diante das histórias que incomodam, a escrevivência quer justamente provocar essa fala, provocar essa escrita e provocar essa denúncia. E no campo da literatura é essa provocação que vai ser feita da maneira mais poética possível” (CONCEIÇÃO EVARISTO, 2020, s/p). Aqui, neste texto dissertativo argumentativo, busquei não descolar as memórias e as poesias próprias das vivências das teorias que me servem como base para análise social.

A cidade do Rio de Janeiro possui fama de grande beleza e altas temperaturas, sendo inspiração para muitos poetas e poetisas, referenciada pelas praias da Zona Sul, como no cenário do Leblon nas novelas de Manoel Carlos, a estátua do Cristo Redentor no topo do Corcovado e pelo Pão de açúcar, imagens que formam o cartão-postal da cidade. No entanto, a realidade vivenciada pela maior parte das pessoas se faz em territórios distantes dessas imagens que remetem ao clima tropical, ao mar azul e à “Garota de Ipanema”.

Imagem 1.



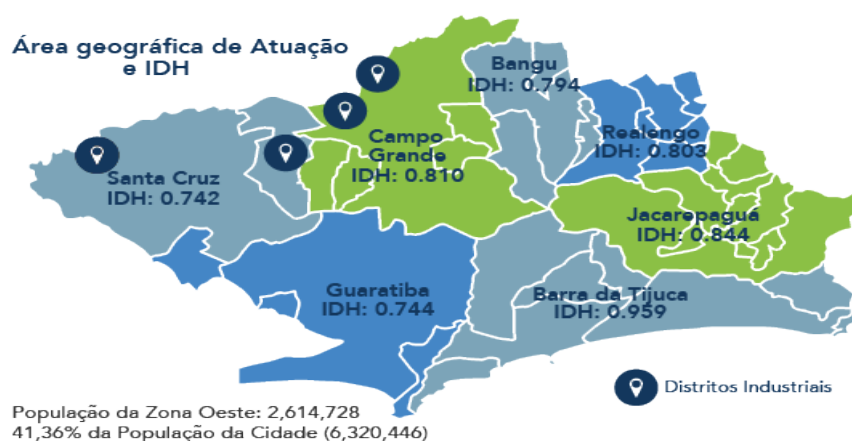
Legenda: Mural de Graffiti da Zona Oeste Ativa em muro da Estação de Trem Guilherme da Silveira, Bangu.

O Rio de Janeiro é também boemia, simbolizado pelo aqueduto dos Arcos da Lapa e o samba da Pedra do Sal, no Centro. Assim como os encantos do subúrbio na Zona Norte, como o memorável estádio do Maracanã e o bairro de Madureira, eternizado na voz de Arlindo Cruz no samba “Meu lugar”.

Já a Zona Oeste, solo fértil da arte, a região mais distante das citadas anteriormente, fez germinar sementes de grandes bambas do samba, como Mestre André, Elza Soares, Wilson Moreira, Jorge Aragão, Robertinho Silva, Gibi, Toco e Tiãozinho da Mocidade. E como se não bastasse, é o berço do funk carioca, tão criticado e mal visto, porém eternizado através da consciência e voz de Cidinho e Doca, Bob Rum, Mc Marcinho, Mc Magalhães, Tati Quebra Barraco e muitos outros que fizeram história. Assim como foi o samba, o funk hoje é criminalizado e perseguido. No Cinema Negro, a zona oeste é berço de um dos precursores da realização audiovisual brasileira, o ostracizado Waldir Onofre.

Para maior entendimento, sabe-se que há quatro zonas e 33 Regiões Administrativas no município do Rio de Janeiro, como explanado no website do Instituto Rio⁴: Zona Central, Zona Sul, Zona Norte e Zona Oeste. Além das regiões administrativas, a cidade também é dividida por áreas de planejamento, sendo a Z.O dividida em AP4 e AP5. A maior parte do município do Rio de Janeiro corresponde a Zona Oeste, composta por 36 bairros com uma população de 2.614.728 habitantes, sendo 41,36% do total do município.

Imagem 2.



Legenda: Mapa da Zona Oeste do Rio de Janeiro, suas divisões administrativas e IDH (Instituto Rio).

A Zona Oeste é um mar gigante. Um território de distintas paisagens e territórios com altas temperaturas. Possui diferentes perfis e realidades entre seus bairros. A Barra da Tijuca é rica e desenvolvida; já bairros como Bangu, Campo Grande, Realengo e Santa Cruz possuem características mais industriais; Vargem Grande e Guaratiba, a predominância é agrícola e turística. De acordo com Luiz Ricardo Leitão, no livro *Tiãozinho da Mocidade e os bambas de Padre Miguel* (2022), a região foi abençoada pela Mãe Natureza, que ofertou ao ser-humano um torrão ornado de matas, manguezais e um manancial de rios e lagoas, como as de Marapendi e Camorim. Todavia, desde o início do antigo regime colonial, no século XV e XVI, essas terras sofreram uma contínua e impiedosa devastação de seus recursos naturais, suas águas cada vez mais poluídas e

⁴ Dados do Instituto Rio. Disponível em: http://www.institutorio.org.br/sobre_a_zona_oeste. Acesso em 04/09/2022.

assoreadas, um extremo desmatamento, destruição de matas e manguezais, culminando na perda da exuberância de sua fauna e flora. Do lado da Barra da Tijuca, houve uma grande disputa e interesse das imobiliárias pelos terrenos do lugar, perto das praias. Já do lado que se estende para o interior, cruzando o maciço da Pedra Branca e a Serra do Mendanha, cresceram as favelas, sendo a parte menos valorizada e mais abandonada (LEITÃO, 2022). Segundo o Instituto Rio⁵, a Zona Oeste possui o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município, refletindo um cenário contrastante de desigualdades. Estamos falando de regiões com dimensões territoriais e populacionais muito grandes. Segundo o IBGE, o bairro de Bangu é o segundo mais populoso, com 249.133 em uma área de 37,8 km². Como podemos ver no mapa, os bairros da Zona Oeste relativos à Ap4 e Ap5 são: Bangu, Barra de Guaratiba, Barra da Tijuca, Camorim, Campo Grande, Cidade de Deus, Cosmos, Curicica, Deodoro, Freguesia, Gardênia Azul, Gericinó, Grumari, Guaratiba, Inhoaíba, Itanhangá, Jacarepaguá, Joá, Magalhães Bastos, Mallet, Paciência, Padre Miguel, Pedra de Guaratiba, Realengo, Recreio dos Bandeirantes, Santa Cruz, Santíssimo, Senador Camará, Senador Vasconcelos, Sepetiba, Sulacap, Taquara, Vargem Grande, Vargem Pequena, Vila Militar e Vila Valqueire.

As periferias são territórios onde a violação de direitos e a desigualdade é a regra e não a exceção. Ainda segundo o Instituto Rio, a região da Barra da Tijuca (AP 4) dispõe de considerável concentração de sala de cinema (32%), ainda que baixa concentração de museus (2%), bibliotecas (8%), centros culturais (6%) e teatros (5%), representando o maior IDH da região, local onde a especulação imobiliária cresce diariamente, enquanto as regiões da AP5 agonizam mas não morrem, sobrevivem a violência e retirada de direitos.

Infelizmente, o medo e a escassez parecem ser os personagens principais de qualquer história nas periferias. Não será este um estereótipo? Uma perigosa narrativa única? Curiosamente (ou não), é das periferias e das classes populares que nasce a festa tida como a mais alegre e colorida de todo o mundo: o Carnaval. Esse contexto é o pano de fundo que embala tantos sambas na avenida, fazendo brilhar comunidades inteiras a desfilar na Sapucaí, revelando que os lugares da “margem” carregam uma mística, uma espontaneidade e uma revolta que não há em nenhum outro lugar.

5 Dados disponíveis em: http://www.institutorio.org.br/sobre_a_zona_oeste. Acesso em 04/09/2022.

Cabe dizer que tal revolta não se dá por acaso. As periferias e favelas são as primeiras a serem afetadas pelas crises. A expulsão em larga escala da mão de obra humana dos processos produtivos é uma grave questão enfrentada há longos anos por gerações inteiras residentes nas favelas, o que resulta, por outro lado, na “rememoração das tradições próprias de formas de vida comunitária, de modo a produzir um outro tipo de experiência social que contém elementos de ruptura com a forma valor produzidos a partir de uma pedagogia coletiva de autoemancipação” (FERREIRA In FERREIRA e BRAGA, 2021, p. 64).

Trazemos como exemplo a cena cultural dos bairros da Zona Oeste, que através dos muitos coletivos de cultura existentes realizam atividades artísticas, culturais e políticas, criando novos sentidos e experiências coletivas, de modo a driblar lógicas colonizantes no território. Assim, faz-se necessário perguntar: quais são as vozes que narram as histórias das periferias? São vozes onde predominam sofrimento e violência ou são vozes as quais predominam histórias de reinvenção e encantamento?

Infelizmente, a narrativa de escassez é a que prevalece na mídia tradicional. Porém, a depender do ângulo, as pessoas poderiam ser surpreendidas com as belezas e reinvenções praticadas por pessoas nascidas nesses lugares. As ações realizadas por coletivos de cultura de atuação autônoma estão alinhadas com a ideia de “espontaneidade” como usado por Rosa Luxemburgo, segundo Juliana Loureiro: “A greve de massas seria a perfeita tradução da dialética entre organização e espontaneidade, política e economia, ficando o elemento criativo do lado da espontaneidade das massas” (LOUREIRO, 2009, p.43).

Nesse sentido, cada vez mais, com o avanço do Capitalismo e o advento da Modernidade, as próprias estratégias de luta vão se alterando conforme a economia se desenvolve e a cultura também é alterada junto a isso, num processo de retroalimentação. Nesse sentido, percebemos que estratégias como greves e piquetes, no caso que descrevemos, de resistência política, é alterada pela prática da organização comunitária e produção cultural. Quando há a expulsão dos trabalhadores dos empregos formais, abre-se possibilidades para reinvenção da vida, da sobrevivência e da luta.

Nesse sentido, gostaria de narrar a experiência do coletivo de jovens Zona Oeste Ativa, lideranças jovens e espontâneas de uma organização coletiva não tradicional que exercem uma prática de resistência fora das instituições do Estado. Esses jovens decidiram

ocupar a praça pública, reunir pessoas e falar sobre a vida, sobre o território, sobre política e sobre como ela afeta a vida comunitária. Logo, a mobilização surgiu a partir de incômodos, revoltas não nomeadas começando por existenciar-se em um território à margem do centro da cidade.

Foi dentro da rede social “Facebook”, em um fórum referente a região da Zona Oeste, que tais incômodos foram expostos e compartilhados inicialmente pelos jovens que fundaram o coletivo, pois estavam cansados de ouvir “Ainda é Rio de Janeiro?”, “Quanto tempo você demora para chegar no Rio?”. Além de demonstrar desinformação e desinteresse dos habitantes das regiões centrais do Rio, estas questões evidenciam a própria imobilidade dos habitantes, que pouco circulam pelas margens da cidade. Tais perguntas são internalizadas até pelos moradores da região, que, negados de exercer o direito da mobilidade urbana, fora do movimento pendular de bairro dormitório, no horário comercial, se questionam com frequência: “Como eu vou para casa a essa hora?” Percebemos a mobilidade urbana como um direito ferido e o acesso à cidade uma luta cotidiana

Sendo assim, a exposição desses incômodos advindos da desigualdade social é o fio condutor do surgimento da Zona Oeste Ativa. Como diz a máxima popularizada de Rosa Luxemburgo, “quem não se movimenta, não sente as correntes que o prendem”. E ao perceber a violação do direito de ir e vir, a ausência de espaços para o lazer e para debates, o coletivo ZOA surge fomentando rodas de conversa cuja gênese está em questionar a própria realidade, revoltando-se coletivamente com as condições às quais estão submetidos e realizando atos de ocupação cultural em praça pública no segundo bairro mais populoso da cidade: Bangu.

Entende-se que pertencer é pisar com os pés no chão, tendo consciência e afeto sobre o lugar que se vive a vida do cotidiano. É através da “coisa de pele”, como canta o Jorge Aragão, quando o povo produz o show e assina a direção, que esse sentimento de pertencer é cultivado. Bangu é um bairro de altas temperaturas, lugar-morada de muita gente e ao narrar tais histórias de pertencimento, luta e mobilização, devolve-se o poder de contar a própria história, pois saber sua origem é parte importante para compreender quem se é, e para onde ir. Bangu é um bairro que se desenvolveu à margem da cidade, nos trilhos do trem e ao redor de uma fábrica de tecidos.

O dia da Greve

Tecelãs fantasmas
 correm as seções
 uma após outra
 Chamam as companheiras
 para se juntarem
 aos grevistas de mil novecentos e três
 que assombram a Fábrica
 Pedem agora
 - não por melhorias de salário
 ou redução nas jornadas -
 somente descanso
 Querem que o expediente
 acabe.

(Marcos Nascimento - Os portões da Fábrica)

Uma das primeiras lições apreendidas e conversadas na experiência do coletivo foi perceber que a “ativação” da região, mesmo sendo uma luta atual, não foi iniciada em 2015 pela Zona Oeste Ativa. Na verdade, a região é palco de diferentes intervenções culturais há longos anos, produzidas por diferentes mãos, pessoas e coletivos de cultura à margem de qualquer incentivo público driblando vários desafios e limitações para continuar existindo.

Sem dúvidas, essa é uma história de contínuos fazeres ao longo dos anos, de muitas mãos, olhares e histórias que se cruzam. É possível citar mobilizações culturais como o Grupo Cultural Lata Doida, o Festival de Música e Cultura de Rua de Bangu, a Zona Onírica, o Ambulante Cultural, o Zona de Cinema, a Artrash, os Poetas Pretos pela Democracia, o Raízes do Gericinó, Studio2, o Parque 100% Realengo Verde, o Pré-Vestibular Social Emancipa e muitos outros coletivos que compartilharam conosco a necessidade de fazer alguma magia acontecer.

Então, no domingo do dia 30 de agosto de 2015, às 15h da tarde, ocorreu a primeira roda de conversa do coletivo ZOA, ao lado da estação de trem Guilherme da Silveira, na praça “Nova Jales”, popularmente conhecida como Praça da Guilherme, ou “GDS”. Um local importante para a memória do bairro, uma vez que faz homenagem a família Silveira que ao construir no bairro a Fábrica de tecidos Industrial Progresso (hoje Bangu Shopping), contraditoriamente contribuiu para o seu desenvolvimento.

É interessante conhecer mais a fundo a história do bairro Bangu, conhecido como bairro-operário, o lugar onde Francisco Carregal, tecelão da Fábrica Bangu, é lembrado

como o primeiro negro proletário a jogar oficialmente o futebol em um dos times mais tradicionais da cidade. A saber: o bairro curiosamente teve uma placa homenageando Luiz Carlos Prestes no estádio de futebol Moça Bonita, tendo sido retirado na década de 60, quando instaurou-se no Brasil a Ditadura Civil Militar. Sem contar a escola de Samba Mocidade Independente de Padre Miguel, que segue abrilhantando a sua estrela na avenida. Sim, Bangu é cultura e muita história!

Por esse e outros motivos, o coletivo mobilizou jovens e adolescentes através do sentimento de pertencimento. O primeiro encontro reuniu aproximadamente 35 pessoas e teve como assunto “A mulher na sociedade” cuja programação contava com roda de conversa, mesa de lanches, apresentação teatral e convidados provocando o debate dentro de uma das mais polêmicas expressões da questão social e da esquerda: a violência contra a mulher e o machismo. Todos ali eram incentivados a expor suas opiniões, textos, poemas, músicas e o que mais fosse interessante para fomentar a temática.

Imagem 3.



Legenda: Primeiro encontro da ZOA na Praça Guilherme da Silveira (Bangu), em 2015.

Tal mobilização se deu através das redes sociais e o evento no Facebook teve uma resposta de 267 pessoas, jovens em sua maioria. Na apresentação do evento, o coletivo já

se apresentava como um movimento de jovens da Zona Oeste, intencionados a desenvolver coletivamente maiores práticas de cultura no subúrbio e, para isso, estariam organizando rodas de conversa, debates, eventos culturais e o que mais acrescentasse de forma positiva na vida dos moradores dessa região quase invisível para o poder público.

Somado a isto, diziam na descrição do evento, que sua intenção era fazer com que jovens, filhos, pais, mães, trabalhadores estivessem juntos ao coletivo aprendendo compartilhando informações e militando em causas políticas importantes que estivessem impactando no cotidiano das pessoas.

Inicialmente, os organizadores fazem uma abertura explicando o motivo de tal ato, abrindo para uma programação com foco no debate político e na arte. Em sequência, serviram o lanche, às 15h da tarde, pois em seguida começaria uma apresentação teatral com duas jovens sobre relacionamentos abusivos, seguido da exposição da temática por convidadas referências, que fizeram uma explanação didática sobre o tema e finalizando com a roda de conversa para que o debate fosse de fato horizontal, coletivo e que gerasse aprendizado e reflexão. Foram aproximadamente 30 jovens pensando e compartilhando suas experiências em um espaço público.

Eu acompanhei esse levante a distância, pois algumas situações me impediram de participar dos primeiros encontros. Ainda assim, lembro de ter ficado maravilhada com o que estava vendo acontecer no meu bairro, especialmente por ainda não ter tido contato com nenhuma intervenção tão firme na defesa do debate político de forma horizontal e crítica, além da valorização aos artistas locais e sobretudo a possibilidade de ocupar a rua através da cultura. Lembro de amigos e amigas do meu bairro estarem entusiasmados e felizes em poderem participar, encontrar pessoas e debater sobre diferentes temáticas.

Outro fator a ser considerado, é que tal mobilização comunitária foi construída por jovens que, de alguma forma, estavam mergulhados em debates de cunho social, alguns sendo os primeiros da família a estarem em universidades públicas, outros somando experiências e olhar crítico acerca da vida em sociedade.

Neste sentido, ocupar a praça, realizar rodas de conversa, rememorar e enfatizar potências em território periférico - é uma ação coletiva cuja essência dialoga com Paulo Freire (1983), uma vez que trabalha pelo desenvolvimento de consciências diante de sua realidade, produzindo uma consciência libertadora, gerando experiências que produzem a pedagogia do oprimido (FREIRE, 1983). Portanto, “conhecer pela via do corpo”, “mão que pensa”, o movimento popular como “escola viva” são expressões Freireanas que vão em direção a práticas geradoras de consciência, sendo expressões que refletem a autonomia do ser humano

Há quem duvide, mas na periferia é possível ver pulsar muita arte e pensamento crítico. Não demorou muito e o coletivo produziu o segundo encontro em praça pública. Foi no dia 18/10/2015, às 15h, no mesmo lugar. Dessa vez, em uma tarde chuvosa, o tema debatido foi a “Redução da Maioridade Penal” e a programação contava com lanche, música experimental, rap, varal de exposições, oficina de grafite, convidados e arrecadação



alimentos para um orfanato no bairro. Enquanto debatiam o assunto, os jovens escreviam e pintavam em uma cartolina branca.

Imagem 4.

Fotografia: Panfleto digital do segundo evento da Zona Oeste Ativa, em Bangu.

Dois dias depois, a produção do coletivo agradeceu através do facebook, publicando as seguintes palavras:

Domingo à tarde, numa praça e chovendo... Não é de se esperar a presença de tantos companheiros e companheiras, tendo sua maioria jovem. Superamos a

chuva, São Pedro colaborou e tudo aconteceu da melhor forma possível. Muita informação, música, poesia... Muita arte. A participação de todos e todas foi essencial e tornou esse encontro incrível. O ZOA agradece, galera! (Zona Oeste Ativa, 2015, s/p)

No dia 06 de dezembro de 2015, a terceira roda de conversa do coletivo aconteceu e ocupou, com muita arte, cultura e resistência, a praça Guilherme da Silveira. Dessa vez, o tema escolhido foi a “Zona Oeste e a cidade”, papo direcionado pelos professores Marcos Guimarães e Tobias Tomines partindo, sobretudo, das histórias que compõem a região, seu processo de formação e também o que esse lugar representa para a cidade. Foi um momento muito importante de conexão com as raízes e com a origem de uma juventude que ousou sonhar. Pudemos aprender sobre nosso território e nos apropriar da discussão.

A Zona Oeste, com sua imensa extensão de terras, era vista como a Zona Rural da cidade. No livro *O velho Oeste Carioca II: mais histórias da ocupação da zona oeste do rio de janeiro (de Deodoro a Sepetiba)*, do século XVI ao XXVI (2011), do escritor André Luis Mansur, é possível tomar conhecimento do passado das terras da Zona Oeste, cujo nome não surgiu naturalmente. Segundo o autor,

A ideia de usar esse nome, por estarem localizados na região oeste da cidade, surgiu através do professor Moacyr Barros Bastos e de Miguel Borges, um dos nomes de destaque do Cinema Novo. Naquele tempo, os cinemas da região exibiam curtas-metragens antes das películas e, sabendo disso, Moacyr e Miguel arrecadaram fundos e filmaram o curta “Zona Oeste”, com depoimentos de moradores e um resumo da história local, em oito minutos. Sendo assim, a região que integraria o recém criado Estado da Guanabara e depois a cidade do Rio de Janeiro, teve seu nome reconhecido a partir de uma iniciativa cultural, através do cinema, que distribuiu o filme “Zona Oeste” de graça pelos cinemas da região, ficando em cartaz por três meses. Infelizmente, perderam-se todas as cópias do curta-metragem, que só existe na memória de quem assistiu (MANSUR, 2011, p.23)

Imagem 5.



Legenda: Segundo encontro da Zona Oeste Ativa, na GDS/Bangu.

Ainda segundo o livro, os moradores de Campo Grande e Santa Cruz, andavam de bonde quando o restante da cidade já havia abolido esse tipo de transporte. Em 1908, quando começaram a transportar passageiros, a paisagem era de grande beleza, “com montanhas, poucas casas, muito verde, pouca poluição e rios (alguns navegáveis), que ainda não havia sido transformados em fétidos valões” (MANSUR, 2011, p.13). Esses veículos despertam ainda hoje uma memória afetiva dos moradores, que pensam que alguns trechos do bairro poderiam ser percorridos por bonde atualmente, como em Santa Teresa, bairro turístico na zona central da cidade que preserva o bondinho - a preços módicos para moradores e preços altos para turistas. No entanto, a partir de 1967, os bondes de Campo Grande passaram a ser apenas um quadro na parede do bar (MANSUR, 2011).

De acordo com Mansur, Bangu é um bairro de destaque na Zona Oeste. É um dos mais populosos, no qual teve sua estação de trem construída em 1890 objetivando atender, principalmente, à Fábrica de Tecidos Bangu, inaugurada no ano seguinte, sendo ponto de partida para o desenvolvimento do bairro (MANSUR, 2011).

No website Memória de Bangu⁶, são apresentadas duas origens do nome Bangu. A primeira é: “Anteparo Negro, paredão escuro ou escurecido, cheio de sombras ou sombreado”. Existe uma outra interpretação, dizendo que a origem do nome Bangu advém

⁶ Disponível em: <http://memoriadebangu.weebly.com/origem-do-nome.html>. Acesso em 04/09/2022.

de “Banguê”, que identifica uma espécie de maca primitiva usada para o transporte de cana-de-açúcar e materiais de construção. Essa forma improvisada de transporte deu origem à expressão “fazer à Bangu” que remete a fazer sem cuidado, de qualquer jeito.

Segundo o website Memória de Bangu⁷, um material didático e informativo popular produzido por estudantes do Colégio Pedro II de Realengo, em 2012, a história do bairro coração das atividades da ZOA, teve início em 1673, a partir da construção da Paróquia Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, em um contexto no qual a produção de cana-de-açúcar era a principal atividade econômica da época, trazendo maior desenvolvimento para a região, expandindo para terras próximas, dando origem a novos bairros e vizinhanças, como Bangu. O bairro surge a partir de engenhos. Primeiro engenho da serra, no qual a proprietária Ana Francisca de Castro Morais e Miranda foi a primeira a utilizar o nome “Bangu”. Em 1889, foi fundada a Companhia Progresso Industrial do Brasil, antiga fábrica Bangu, que incentivou as plantações de algodão na região, tendo em vista que a fábrica produzia tecidos. A Companhia adquiriu, posteriormente, a Fazenda Bangu do Barão de Itacuruçá e a Fazenda do Retiro de Marcos José Vasconcelos.

Ao sul, o maciço encabeçado pelo Pico da Pedra Branca com uma cadeia formada pelas serras do Barata e do Bangu e do Rio da Prata. Ao norte, a serra do Marapicu (montanhas do Gericinó do Guandu do Senna, pico das Furnas das Andorinha e a Serra do Mendanha. A oeste com a Fazenda do Viégas. A leste com terras realengas, as Fazendas Piraquara e do Barata (Website Memória de Bangu, 2012, s/p)

A partir do surgimento da fábrica, houve uma agitação na vida cultural do bairro, com o surgimento da Sociedade Musical Progresso Bangu, o Casino Bangu que abrangia apresentações musicais dos operários, a chegada do futebol com a vinda dos operários ingleses, culminando na criação do Bangu Athletic Club e até mesmo blocos carnavalescos, como o Flor de Lira e Flor da União. Voltando a rememorar a influência do cinema no bairro de Bangu, é interessante refletir sobre o poder que o curta “Zona Oeste” teve em definir o nome do bairro, através de sua produção, distribuição para os moradores e também preocupação com uma estética de valorização da periferia.

No livro *Afetos e Territórios* (2021), foi publicado um artigo meu, Isabella Leal, em co-autoria com a cineasta e jornalista Gisele Motta. Relatamos no artigo *Na Zona Oeste*

⁷ Disponível em: <http://memoriadebangu.weebly.com/index.html>
<http://memoriadebangu.weebly.com/nascimento.html>. Acesso em 04/09/2022.

Carioca: a produção cultural e sua instância política, parte da história da ZOA e do Zona de Cinema, coletivo do território que Gisele toca. Nesta publicação, fruto do trabalho do Cine-Cipó, Festival de Cinema Insurgente, o curador e organizador do projeto, Cardes Amâncio, posiciona o cinema como insurgência necessária. Na apresentação do livro, Posiciona o filme político como uma das mais influentes ferramentas de arregimentação ideológica, sendo um instrumento de luta política-social, permitindo ser possível compreender inclusive os motivos para que as políticas culturais responsáveis por manter o fomento ao setor audiovisual, estejam sendo tão afetadas pelas crescentes práticas liberais e neoconservadoras.

De volta à roda de conversa na GDS, a prosa foi embalada pelo ritmo do atabaque e berimbau, através da Cia Capoeira conduzida pelo mestre Sapucaia. Pela primeira vez a ZOA dialogava com a Capoeira, de modo a valorizar nossas raízes africanas surpreendentemente presente, em algum nível, em todos os brasileiros. Além disso, a programação contava com mesa de lanches, grafite ao vivo, registro fotográfico pelo projeto “A rua é Quem” e reflexões a partir das rimas, do ritmo e poesia de Rafael e Vinicius, comandando o rap da tarde.

Imagem 6.



Legenda:
Panfleto virtual
do com tema
Zona evento
Oeste e a
Cidade e foto



do grupo de capoeira presente

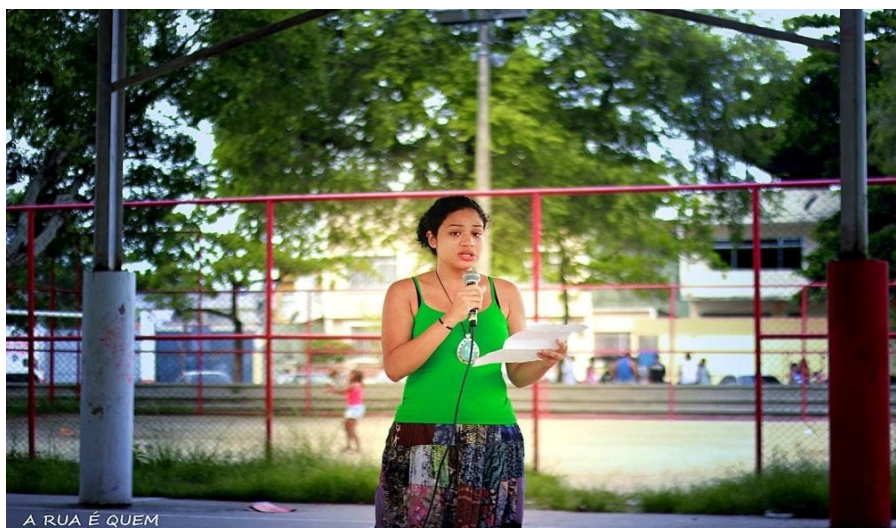
Imagem 7.



Legenda: Roda de conversa sobre a Zona Oeste e a Cidade na área da quadra na GDS.

Cabe destacar o forte protagonismo feminino na organização do evento, pois não à toa, a intervenção na praça estava fluindo muito bem, muito por contribuição das mulheres do projeto. Kharine, Thamires, Luisa, Núria, grandes produtoras e mobilizadoras do coletivo. Neste dia, estavam presentes um grupo de jovens skatistas, uma Cia de Capoeira, grafiteiros, rimadores, professores e estudantes reunidos para falar sobre a Zona Oeste. O coletivo que surgiu e se manteve sem receber nenhuma verba do poder público, vendia o lanche para tentar cobrir os gastos e assim se manteve sem nunca ter cobrado ingresso do público. A intenção nunca foi angariar lucros, mas sim mobilizar a comunidade em torno da arte e da política, pois é isso que define o tom da luta de classes.

Imagem 8.



Legenda: Protagonismo feminino na ZOA é identificada como característica da produção periférica

Imagem 9.



Legenda: Presença de skatistas, grafiteiros, rappers e outros artistas da cultura urbana

No dia 20 de março de 2016, às 16h da tarde, o coletivo ZOA ocupou a praça mais uma vez. Esse encontro foi pensado para ser alinhado aos símbolos da cultura hip hop e foi nomeado de “Z.O Ativa - Periferia Central: A batalha”. A programação contou com “Máfia Black” na dança, “Ras Renato” nos beats, “Dtone e Ana Júlia” no grafite, “Cine Oeste” na exibição do curta-metragem, “Roda Cultural GDS com Batalha de Mc’s”, “A Rua é Quem” com exposição de fotos de intervenções culturais na região e um lanche colaborativo. Em outras palavras, a programação dos eventos prioriza a diversidade nas intervenções culturais com enfoque no debate político e social.

Imagem 10.



Legenda: Panfleto digital do nosso evento em 2016: Periferia Central, a Batalha

No dia 05 de Junho de 2016, às 18h da noite, o tema debatido em roda de conversa foi o processo de Impeachment sofrido por Dilma Rousseff, a primeira mulher eleita presidente da república do Brasil, a mesma que lutou contra a ditadura militar no país e o mesmo governo que criou a Lei de acesso à informação. A ideia do debate esteve centrada em questionar a situação da conjuntura política brasileira naquele tempo, fomentando reflexões em torno da pergunta: É golpe ou não é golpe? E para isso, três professores foram convidados para desenvolver as questões que circulavam o tema.

Imagem 11



Legenda: em junho de 2016, puxamos um debate na praça sobre o Impeachment da primeira presidenta do Brasil, Dilma Rousseff.

Eu jamais poderei esquecer dessa noite. Foi o primeiro encontro da Zona Oeste Ativa na qual me fiz presente de corpo. Até aquele momento eu não fazia parte da produção do movimento, embora conhecesse alguns rostos por conviver no mesmo bairro. Sem dúvidas, a atração no debate político foi o que me levou até ali, mas acabei descobrindo um mundo muito mais amplo de experiências com mobilização comunitária e cultural que transformaram a minha vida e auxiliou na abertura de caminho para que hoje eu me encontrasse novamente fazendo arte e cultura.

Além dos expositores, a programação continuou com a programação já conhecida, envolvendo o Grafite, o projeto de fotos “A rua é quem”, DJ Ras Renato e somando a participação do Sarau dos Poetas Anônimos, que convidaram a todos e todas a exporem suas poesias, textos e pensamentos, pois o coletivo defende que a roda de conversa seja democrática e aberta a diferentes opiniões, desde que o debate seja respeitado e horizontal.

Ao passo que as rodas de conversa aconteciam, a necessidade do deslocamento devido a chuva e maior espaço fez com que todos os encontros passassem a ser dentro da quadra poliesportiva da praça Guilherme da Silveira. Com o propósito de fazer com que as pessoas se escutem, se olhem nos olhos, a produção colocava alguns tecidos e caixotes no chão e dessa forma, todos e todas sentavam próximos uns dos outros. Até os expositores sentavam em caixotes, pois ali estavam todos em família e com o propósito de exercer a cidadania e a democracia.

Imagem 12.



Legenda: Debate na praça, microfone aberto, ocupação da quadra da GDS.

No dia 16 de Julho de 2016, às 18h da noite, o tema da prosa foi “Reforma Política” partindo do questionamento ao povo se a política realmente os representa, tendo em vista que a maioria dos deputados e senadores são empresários ou ruralistas, partindo do fio condutor desigualdade de gênero no parlamento, já que as mulheres ocupam apenas 9% do congresso brasileiro e 12% do Senado. Os números são ainda mais cruéis quando olhamos para o Racismo Estrutural, pois os negros representam apenas 8,5% do congresso.

Imagem 13.

Legenda: Roda de conversa sobre reforma política, na qual tivemos a honra de receber Marielle Franco.

Cabe destacar o nome de Marielle Franco, que na época ocupava o cargo de



Rogério Meio e Leandro Araujo, contando com Thacio, o DreadMaker, uma exposição de arte da poeta Bruna Mitrano e Batalha de Mc's, sem esquecer do microfone aberto para que todos e todas se expressem como desejarem.

Por esses exemplos, afirmo que está enganado aqueles que afirmam que a juventude não gosta de debater política. Em meio ao processo de Impeachment da presidenta Dilma, o cenário era de muita efervescência política e os encontros produzidos

pela ZOA sempre estavam cheios de pessoas de diferentes idades, como jovens, adolescentes, idosos e até mesmo crianças. O público vivia feliz todos os momentos da noite. O momento de sentar-se em roda para o debate, o momento de contemplar as exposições fotográficas, o grafite, o momento de ouvir os artistas recitando poesia ou tocando um som autoral para que todos pudessem ouvir.

Imagem 14.

Legenda: Marielle Franco no microfone e plano geral do ambiente da quadra da GDS.

Em 2016, ano de eleições no Brasil, o clima de agitação política só crescia.. No dia 17 de Setembro, às 18:30, o coletivo voltou a ocupar a praça com a temática das eleições e, dessa vez, os expositores foram os próprios candidatos à vereança do Rio de Janeiro. A candidata Indianara Siqueira (PSOL-hoje-eleita), William Siri (PSOL-hoje-eleito), Mitã Chalfun (PT), Binho Cultura (PDT) e Vivi CCDD (PCdoB). 194 pessoas confirmaram presença no evento do facebook.

Imagem 15.



Legenda: panfleto virtual do encontro com tema eleições e foto do debate com Indianare Siqueira, militante trans e William Siri, da juventude da Zona Oeste.

Devido a tantas temáticas sócio-políticas e necessidade de posicionamentos, o coletivo precisava refletir e conversar mais sobre métodos, estratégias, aliados, etc. Escolher dialogar com o poder público era também um posicionamento do coletivo, que sabia da necessidade de se manter independente, porém dialogando com pessoas eleitas democraticamente para maiores chances futuras de conquistas sociais e apoio para que as atividades culturais continuassem a acontecer, uma vez que a repressão policial à cultura é uma realidade muito mais presente na periferia.

Foi possível perceber que o desconhecimento em torno do campo político institucional é uma realidade concreta na Zona Oeste, uma região que de tão grande e populosa é capaz de decidir eleições, no entanto, os políticos eleitos não angariam recursos, obras estruturais e valorização da região, sendo comum a construção e reforma de praças e conserto de asfalto em vias públicas, feitos irrisórios perto das necessidades e anseios de um povo que sobrevive às margens do Estado.

Compreende-se, portanto, a descrença que o povo tem ao falar de democracia e voto, um problema histórico com raízes no Brasil da Primeira República, no qual era comum os Coronéis, donos de terras, formarem currais de voto para o povo, tratados tal como gado. Para a manutenção de seus interesses o Voto de Cabresto, ou seja, a compra de votos e o abuso de poder, manteve-se presente e atuante, podendo ser observado até os dias atuais, pois as regiões de periferia seguem sendo controladas pelos poderosos na imposição da violência e do medo. Infelizmente, o voto e a democracia são tratados como banalidades. Candidatos chegam na região, prometem “mundos e fundos” e quando eleitos,

não olham para quem verdadeiramente os colocou ali, perpetuando a dinâmica de curral eleitoral a que a região está submetida.

No dia 06 de maio de 2017, o tema da vez foi novamente “Mulher na Sociedade” suas trajetórias, lutas e desafios. Estivemos na praça para questionar e desmistificar as muitas violências que as mulheres sofrem no Brasil - quinto país que mais mata mulheres no mundo, segundo o Mapa da Violência⁸, desenvolvido pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) e publicado em 2015.

Imagem 16.



Legenda: um tema recorrente de pauta para nós é o papel da mulher na sociedade

No texto da página do evento, perguntávamos: “Qual é o gênero das pessoas que mais sofrem violência doméstica, violência sexual? Qual é o perfil das pessoas que têm sua inteligência questionada e sua sexualidade violada?” Respondemos: são predominantes mulheres. E se houver um cuidado maior na análise dos dados, torna-se fácil perceber que o fator raça aumenta a vulnerabilidade social dessas pessoas.

Foram cerca de 80 pessoas na praça naquela noite para explicar o assunto. Convidamos Eleutéria (Fundadora e coordenadora geral da casa da Mulher Trabalhadora CAMTRA) e Rosi Freitas (Educadora Popular, coordenadora do Pré-Vestibular Popular IFHEP e professora do CAU UERJ). No RAP, recebemos a maravilhosa Helen Nzinga que somou à roda com suas rimas cantando os desafios como Mc e mulher preta, junto a Juliana Loureiro, Madonna Eiko, e Dayana Santos com suas vozes e poéticas. Além disso,

⁸ Disponível em: <https://flacso.org.br/2015/11/09/mapa-da-violencia-2015-homicidio-de-mulheres-no-brasil/>. Acesso em 06/09/2022.

Valquíria Pires levou para a praça a sua exposição "mulher preta resiste" fazendo as pessoas refletirem sobre valorização, liberdade e beleza da mulher preta, enquanto a DJ Selvática comandava o som e o ritmo.

Imagem 17

Legenda: Isabella Leal fazendo a abertura do evento

Uma das canções apresentadas naquela noite, que emocionou, é da banda Francisco El Hombre e dizia assim:

Triste, louca ou má
 Será qualificada ela
 Quem recusar
 Seguir receita tal
 A receita cultural
 Do marido, da família
 Cuida, cuida da rotina
 Só mesmo rejeita
 Bem conhecida receita
 Quem, não sem dores
 Aceita que tudo deve mudar
 Que um homem não te define
 Sua casa não te define
 Sua carne não te define
 Você é seu próprio lar

(Triste, louca ou má, de Francisco, el Hombre)

No dia 27 de maio, a Zona Oeste Ativa aliada a Secretaria de Mulheres do núcleo PSOL/Bangu, organizaram a roda intitulada "A classe trabalhadora e as mulheres", onde foi possível levantar os seguintes questionamentos: "Qual a relação da mulher com o mercado de trabalho e com a sociedade?", "E a mulher negra, como se insere nesse

contexto? Quais as mudanças que a Reforma da previdência trará para o público feminino, caso aprovada?”

Então, para fomentar esse debate, estiveram presentes a educadora popular Rosineide Freitas e também a professora do Serviço Social da UERJ, Cleier Marconsin, que estavam dispostas a responder as perguntas que surgissem durante a roda, que foi planejada para ser plural, horizontal. De fato foi uma tarde maravilhosa, com mulheres incríveis, de troca de aprendizados e a reafirmação da necessidade que as mulheres têm de cuidar uma das outras a fim da transformação de uma dada realidade.

Imagem 17.



Legenda: roda de conversa sobre o papel da mulher na sociedade e forte aderência feminina.

Esse debate levantou questões muito pertinentes acerca da realidade material das mulheres no Brasil. É possível citar exemplos: Mulheres jovens, entre 15 e 29 anos, também estão em desvantagem em relação aos homens da mesma idade. Segundo Reportagem da Época, o IBGE, em 2015, aponta que 21,1% não trabalha e nem estuda, contra 7,8% dos homens⁹. As mulheres continuam sem as mesmas oportunidades de

⁹ Reportagem disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2016/12/mercado-de-trabalho-discrimina-mulheres-revela-pesquisa-do-ibge.html>. Acesso em 06/09/2022.

assumir cargos de chefia ou direção e sua renda equivale a 76% da renda dos homens e continuam sem as mesmas oportunidades de assumir cargos de chefia ou direção.

A dupla jornada (casa/empregos) afasta muitas mulheres do mercado formal de trabalho, apesar de serem responsáveis pelo sustento de quatro em cada dez casas. (IBGE, 2015). Todos esses questionamentos são muito importantes, mas além disso, as intervenções artísticas somam ao pensamento quando o lúdico pede espaço para entrar. Neste sentido, a exposição de Valquíria, “Xilopretura- mulher preta resiste”, somou-se muito ao debate e despertou os sentidos de todas ali presentes.

No dia 25 de novembro de 2017 o coletivo apostou em algo jamais feito até então: a produção da vez seria de uma festa em comemoração ao mês da consciência negra. “FarOeste: Nuvem Preta”. A festa foi uma afirmação à cultura afro-brasileira, pois são filhas e filhos de Dandara que contrariando as estatísticas, seguem vivos. Essa comemoração veio com toda a força, com uma programação ainda mais completa e mantendo-se sem custos para o público.

Imagem 18.



Legenda: cartaz virtual do evento Nuvem Negra, a primeira festa da ZOA, na praça

Certamente esse encontro foi inspirador para todos nós. Ver a praça lotada de jovens e adultos praticando símbolos da cultura afro-brasileira, a fim de exaltar a consciência negra foi como acender uma lâmpada em nossas cabeças, pois percebemos que as festas são muito potentes em nossa região. Deste modo, fizemos uma programação maior, que contou com o CineOeste fazendo a abertura com um curta-metragem, também rolou um Pocket Show com “Dialeto Mc’s”, Grafite, exposições de arte “Xilopretura” e

“África”, além dos sets preparados por DJ’s locais, como DZ Denzel, Selecta Rimari, Ianywk e vitrola onírica. Todo o processo foi registrado pela fotógrafa Aline Fonseca.

Imagem 19.



Legenda: Além do baile, exposição com xilogravuras e poemas na Praça GDS, em Bangu. .

É importante dizer que a organização do evento se deu de forma a seguir as burocracias exigidas para realizar de forma legal em praça pública. Pedimos autorização aos órgão competentes e estávamos aptos para realizar tal ação. Chegamos cedo e dividimos a praça com uma outra organização que também tinha autorização para acontecer. Preparamos o bar que seria a fonte para pagar nossos investimentos, organizamos o espaço e montamos os equipamentos. Estávamos muito felizes e animados em iniciar a primeira festa da Zona Oeste Ativa.

A noite estava bastante quente, a praça estava viva e lotada de jovens, adultos, ambulantes, artistas, produtores, DJ 's, educadores. Era possível ver arte, luz e alegria por todos os cantos e embora estivesse tudo dentro da legalidade exigida, fomos abordados pela viatura da polícia, que encostou na praça em um momento que tivemos problemas técnicos com o som. Mesmo assim, estávamos preparados para uma abordagem de rotina, tendo em vista que episódios de interrompimento de eventos estavam sendo recorrentes naquele local.

Imagem 20.



Legenda: Registro da Festa Nuvem Preta, pela fotógrafa do território Aline Fonseca.

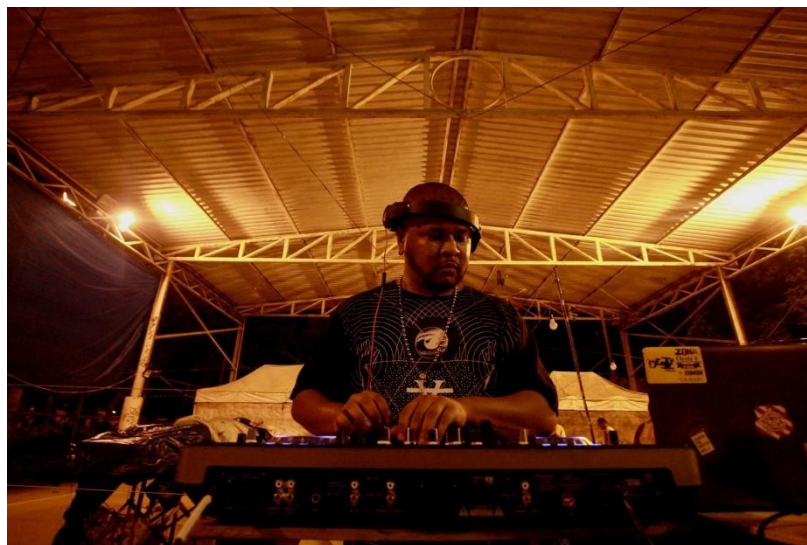
Imagem 21.



Legenda: Ambiente público, corpos diversos, diversão e mobilização

Todavia, o que deveria ser uma abordagem policial de rotina, transformou-se e um episódio vexatório, envolvendo uma prisão arbitrária e ilegal. A situação fugiu do controle quando o documento chamado “Nada Opor” de autorização para o evento, foi confiscado por um dos policiais, que algemou um dos organizadores e desfilou com ele na praça para que todos vissem, de modo a humilhar a nossa produção. De forma autoritária, os policiais negaram-se até mesmo a informar para qual delegacia levariam o organizador e por conta disso nós tivemos que seguir a viatura às pressas.

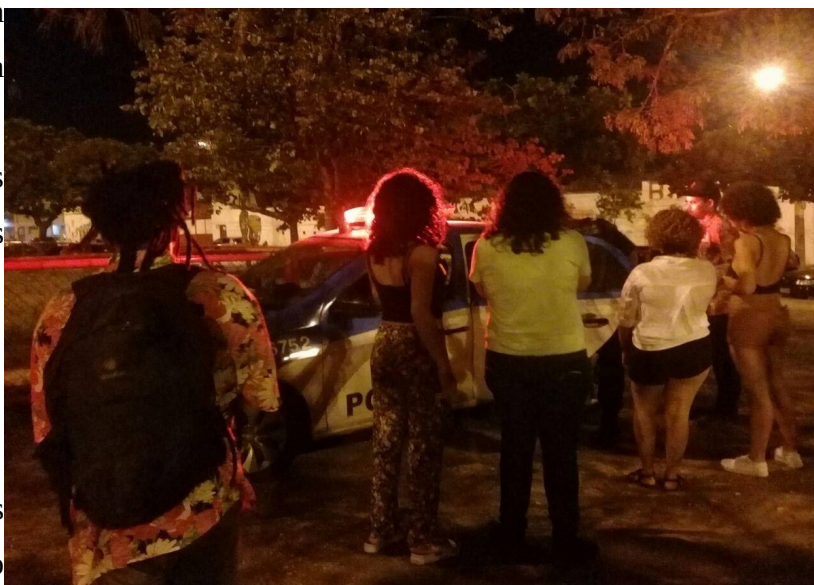
Imagem 22.



Legenda: Registro do DJ durante o evento Nuvem Negra, na GDS, registro de Aline Fonseca.

Havia uma advogada que fazia parte da produção conosco, que orientou todo o processo fazendo com que nosso companheiro de luta fosse logo liberado da delegacia. Porém, infelizmente, a ação dos policiais interrompeu o evento planejado para ser um encontro bonito no mês da consciência negra, debatendo questões pertinentes e possibilitando acesso a arte local, gratuita e de qualidade, foi infelizmente duramente reprimido de maneira autoritária. Uma das principais formas de legitimar a violência em eventos culturais periféricos é dizer que as pessoas estão usando drogas durante as festas e eventos. Esta

foi a
“justificativa”
dos policiais
para nós
naquele
momento.
Como
organizadores,
não podemos
controlar o uso



de substâncias que acontecem nesse ou em qualquer outro território. Porém, podemos agir para refletir sobre essa realidade que está à nossa volta, como fizemos após essa situação, trazendo um evento inteiro com o Debate sobre Drogas. Vale destacar que em outros territórios, o uso de drogas passa “despercebido” pelas autoridades, desde que o território seja central e seus ocupantes, ricos. Percebe-se que o debate sobre a descriminalização, legalização e regulamentação das drogas, vem se ampliando, especialmente a partir dos usos medicinais e ancestrais das substâncias. Nossa perspectiva, nesse sentido, é especialmente discutir o ponto que mais afeta as periferias, a Guerra às Drogas, que violenta e assassina principalmente os varejistas nas favelas e periferias urbanas. Esses varejistas, por sua vez, hoje em dia, são praticamente crianças e adolescentes negros e negras recrutados em situações de extrema vulnerabilidade social.

Imagem 23.

Legenda: Com certeza um dos momentos mais marcantes das nossas ações, detenção de companheiro produtor em ação policial autoritária

O poder age de maneira diferente no centro e na periferia. Historicamente, os corpos pretos e pobres são considerados inimigos, vistos como ameaças, sendo vigiados, controlados e até assassinados, uma vez que a força policial tem o aval para atuar fora da constituição. É preciso perceber que a Modernidade demanda que alguns morram fisicamente e simbolicamente, para que outros possam viver. Nesse sentido, é importante indagar sobre os motivos pelos quais há tanta repressão à cultura, a mobilização, a consciência e a vida das pessoas residentes nas periferias, o que há de tão explosivo quando um grupo de moradores de um bairro marginalizado, reúnem-se para celebrar a vida e a cultura? o que há de ameaçador em um evento sobre consciência negra, em uma praça pública do bairro de Bangu? Qual segurança estaria sendo ameaçada com a organização de um evento contendo música, espaço de reflexão e juventude?

Certamente a militância em coletivos culturais possui grande importância para os jovens atravessados pelo racismo, pobreza e violência nesses territórios, pois através dessa mobilização essas pessoas iniciam discussões públicas relativas à violência, questionando os falsos limites entre o legal e o ilegal na periferia.

Sabe-se que “No decurso do desenvolvimento humano, a função do controle social foi afastada do corpo social e transferida para o capital, que adquiriu o poder de aglutinar os indivíduos num padrão hierárquico, estrutural e funcional” (MÉSZÁROS, 2011, p.55). Porém, nos dias atuais, tal subordinação é frequentemente questionada, sobretudo nos

espaços periféricos de fomento à cultura, o que indica uma perda significativa do controle social em escala mundial, sem contar que, quando as massas estão em movimento, refletindo a vida, os costumes e produzindo novos fazeres, tal prática reflete uma consciência potencialmente crítica a ideologia da modernidade, do capitalismo e da alienação.

No mais, se a diáspora foi responsável pela ruptura de laços, servidão, distanciamento de sua cultura e desumanização, a cultura da diáspora, como considera o historiador Luiz Antônio Simas. Usamos como referência a Aula aberta de Luiz Antônio Simas intitulada *Epistemologia da Macumba*, ministrada no encerramento da disciplina Epistemologia da Ciência da Informação, do Programa de Pós graduação em Ciência da Informação (PPGCI/IBICT-UFRJ)¹⁰, de 30 de set. de 2019. Para o estudioso, a cultura da diáspora é responsável por reconstituir os laços rompidos através do fazer comunitário. Assim, surgiu o samba, o jongo, as rimas, o funk e toda a expressividade da cultura afro-brasileira que formam a nossa brasilidade comumente reprimida. Na cultura podemos enxergar os valores de dominação assim como os de resistência.

Primordialmente, fazer cultura é intervir na organização da vida pública. Neste sentido, é preciso destacar que a sociedade que vivemos - "liberal e tolerante" - tolerará somente até o ponto em que o protesto começa a tornar-se efetivo, transformando-se num verdadeiro desafio social à perpetuação da sociedade (MÉSZÁROS, 2011). Sabe-se que a festa une as pessoas para além do entretenimento. E apesar do episódio da prisão, essa união permaneceu. Foram 675 pessoas que responderam positivamente a esse evento no Facebook. Mais que o dobro das respostas normais às rodas de conversa e naquele episódio, alguns jovens filmaram o ocorrido para que nós tivéssemos provas da maneira autoritária que nós, produtores culturais, assistentes sociais, advogados, estudantes, artistas, cidadãos, fomos tratados e assim recebemos muitas mensagens de apoio ao coletivo. Certamente estávamos vivendo um período de efervescência política, ao passo que vários produtores culturais locais estavam sofrendo o mesmo que nós sofremos naquela noite...

Ou seja, fazia parte da nossa experiência como produtores culturais, a polícia encostar a viatura e literalmente acabar com eventos na praça, não deixando nenhum

¹⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ciQLWs7xVCw>. Acesso em 06/09/2022.

espaço para questionamentos ou tentativas de normalizar tais produções na área. Por esse motivo, nós da ZOA nos sentimos responsabilizados em tomar alguma atitude que transmitisse uma mensagem afirmativa de “A produção cultural na Zona Oeste tem raiz, é forte e vai continuar!” E foi seguindo essa perspectiva, poucos meses depois, que nós nos reunimos com mais 2 coletivos de cultura para organizarmos nossa próxima intervenção naquela mesma praça.

Recordo-me das reuniões para a organização dos eventos. Sentados, reunidos, ouvindo uns aos outros, cada um com a sua função, somando forças para um propósito verdadeiramente coletivo, depois do evento nuvem preta. Estávamos certos de que precisávamos resistir a essa tentativa de aniquilação da cultura, especialmente vivenciando tantos desafios para manter essa prática viva. Então, alinhamos nosso propósito com um coletivo de festa (ARTrash) e outro coletivo de DJ's (Studio2) que naquele contexto estavam ativos e produzindo cultura.

Sendo assim, no dia 20 de janeiro de 2018, de 17h da tarde até as 3h da manhã, aconteceu o festival que produzimos em conjunto, o Festival Juntey: Z.O Resiste. Anunciamos a volta através da página do facebook e obtivemos uma resposta impressionante de 1,8 mil pessoas, com 961 confirmadas. Na descrição do evento, contamos que havíamos sido atacados diretamente por quem deveria nos proteger, porém estávamos ali para dizer e mostrar que somos seres de direitos e queremos vivenciá-los, pois ocupar o espaço público com lazer, arte e cultura é um direito de todos e todas.

Para isso acontecer da melhor forma, havíamos conseguido o apoio e mobilização de outros coletivos locais, assim como o suporte de parlamentares progressistas da Assembléia Legislativa, Câmara Municipal do Rio de Janeiro, além das autorizações que a lei exigia para produzir uma festa em praça pública. Então, preparamos uma festa linda, uma programação orgânica e muito diversa: grafite ao vivo, roda de conversa, DJs comandando a pista, exposições de arte, brechós, exibição de curta-metragem.

Imagem 24.



Legenda: Registros de Thiago mello e Aline Fonseca, do nosso retorno mais forte como resposta à truculência

Iniciamos o evento a partir da exibição de uma sessão de curtas “Antiproibicionista” promovida pelo Zona de Cinema, seguido da “roda de conversa”, a principal metodologia utilizada pelo coletivo Zona Oeste Ativa. Isso fazia parte da primeira parte do festival, contando com debate político e intervenção audiovisual. Nesse festival, debatemos um assunto de muito peso para as periferias e favelas: Guerra às drogas. E para expor o assunto, convidamos o delegado membro do “policiais antifacistas” Orlando Zaccone, que fez uma fala importante sobre a criminalização do corpo negro e alguns aspectos que envolve a guerra às drogas. Sem dúvida, essa foi a roda de conversa com mais pessoas ouvindo e interagindo.

Em seguida, uma apresentação de dança para encantar ainda mais a noite que iniciava e enquanto passavam os minutos, a praça ficava cada vez mais lotada. Em todas as partes havia gente celebrando, amando, sorrindo e dançando. Após as intervenções, iniciou-se o momento da festa, contando com vários DJ’s e diferentes Line Ups. É interessante contar que existe uma repressão ao funk nos eventos nas periferias, porém no Festival Juntey tocou muito funk, pois reconhecemos o ritmo como uma manifestação cultural legítima, de raízes africanas, de resistência à colonização dos corpos.

Imagem 25.



Legenda: Registros de Thiago mello e Aline Fonseca, do evento com cinema, intervenção de parlamentares e discussão sobre drogas.

No dia 21 de abril de 2018 a roda de conversa da vez volta-se para o contexto de Intervenções Federais em favelas do Rio de Janeiro, iniciadas no dia 16 de fevereiro do mesmo ano. O foco estava em questionar essas intervenções, começando pela primeira favela que deu início ao que o poder público chamou de teste, na Vila Kennedy. Os jornais e TV repercutiam muitas notícias escandalosas sobre essas ações e por esse motivo, jogamos para a roda perguntas como “Está apresentando resultados? no que consiste a intervenção? por que os testes sempre começam nas periferias?”

Certamente essa intervenção federal poderia ocorrer na área da saúde, educação, na área fiscal, porém algo que deve ser perguntado é: por que aconteceu na área de segurança pública? É a partir de questionamentos como esse, que as convidadas Luciana Boiteux, professora de direito da UFRJ e Marina Ribeiro, do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) abriram o debate, somando às intervenções artísticas da noite, como o grafite de Nane Medusa, exposição de fotos, desenhos e quadros com Leonardo Lopes e Caio Zero, além de uma oficina de Stencil com Guilherme Venâncio, registros fotográficos, comidas e bebidas e muita poesia, alegria e reflexões.

Imagem 26.



Legenda: Registros de Aline Fonseca e Vatuza Leontina sobre o evento “Intervenção Federal para quem?”

Na data do dia 29 de abril de 2018, alguns coletivos reuniram-se e ocuparam a Praça Guilherme da Silveira para prestar uma homenagem a Marielle Franco, vereadora e ativista que foi brutalmente assassinada junto de seu motorista Anderson no dia 14 de março daquele mesmo ano. Naquele momento fazia pouco mais de um mês do ocorrido e não havia nenhuma resposta sobre o crime, por esse motivo a mobilização ocorreu. A intenção era lembrar de Marielle com muita alegria e cultura popular. A atividade cultural Marielle Vive contou com Sarau, Stencil, música, grafite e outras intervenções artísticas.

Dois anos antes, ela estava participando de uma roda de conversa da ZOA. Com seu sorriso solto e sua fala firme, conquistando a todos e todas, sendo eleita vereadora meses depois, com número alto na expressão dos votos. Em memória de Marielle, fizemos arte! Teve Maracatu, música popular brasileira e música experimental, DJ's, hip hop, quadros e grafites com o seu rosto e seu sorriso estampados no palco. Os coletivos

envolvidos além da Zona Oeste Ativa, foram: Grupo Cultural Lata Doida, IFHEP (Instituto de Formação Humana e Educação Popular), Artrash, Festival de Música e Cultura de rua de Bangu, Studio 2, Sarau do velho, Lavanderia Lírica, Cine Oeste e REFEM Z.O, além do apoio parlamentar do mandato do Flávio Serafini.

Imagem 27.



Legenda: Evento em 2018, homenageando à vereadora Marielle Franco.

É necessário registrar e honrar a luta de Marielle, cria da favela da Maré, ativista e defensora dos Direitos Humanos, eleita democraticamente como vereadora do município do Rio de Janeiro. Uma mulher, negra e LGBT. Marielle usava a sua voz para dizer o que tentam calar e estava na frente de uma comissão pela verdade contra os abusos de autoridade na periferia exercido por militares, considerando a Intervenção Militar que iniciara recentemente na região e, antes de sofrer o atentado, escreveu em suas redes sociais: “quantos mais vão precisar morrer para que essa guerra acabe?” até que ela própria foi alvejada por milicianos. Quem mandou matar Marielle?

No dia 15 de setembro de 2018, de 17h até às 20h, a ZOA ocupou a praça, e dessa vez para fazer uma afirmação: “Funk é cultura, SIM!” pois o funk é uma expressão cultural legítima, de raiz afro-brasileira, com essência na Capoeira, nas expressões corporais e rítmicas do Maculelê e do atabaque. O Funk possui dimensões simbólicas, econômicas e cidadãs e carrega em sua essência o som do tambor que, de acordo com Luiz Antonio Simas, é símbolo de transmissão da cultura africana, no qual a síncope é este momento entre o som e o silêncio¹¹. O drible. O vazio que permite reinvenção. A roda de conversa se propôs a afirmar e a debater sobre o funk como expressão e identidade. Assim, com tambor e rimas, os Mcs narravam sobre o cotidiano, vozes como Cidinho e Doca, Mc Marcinho e Bob Rum, Dj Malboro e muitos outros e outras foram apoiados e valorizados pela comunidade, pois cantavam a realidade das favelas.



Imagem 28.

Legenda: Evento “Funk é cultura sim!”, no qual defendemos nossa cultura

Neste sentido, o coletivo convidou para compor o debate, dois expositores: Taliria Petrone, professora, militante dos direitos humanos e, naquele momento vereadora pelo PSOL em campanha para tornar-se deputada federal, o que ocorreu meses depois.. O segundo convidado foi o Marcelo Gularte, performático, autor do livro enciclopédia do funk, recordista mundial de literatura, poeta e pesquisador. Foi uma noite de Ritmo e

¹¹ Informações retiradas da Aula Aberta de Simas *Epistemologia da Macumba*, de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ciQLWs7xVCw>. Acesso em 05/09/2022.

Poesia, e nas danças convidamos os Meninos da Vila e Enérgicos, sem contar as DJ's Lene Gil e Selvática comandando o som ao longo da noite.

Efetivamente a Zona Oeste reinventa-se através de micro-ações culturais sendo palco para inúmeros bailes até os dias atuais e não à toa sofre tentativas de proibição e cerceamento desde o seu surgimento, tal qual foi como o samba, o jazz e demais expressões artísticas de raiz negra. Na cidade do Rio de Janeiro, berço do funk, é possível citar, os festivais de galera e os bailes de corredor (MAGALHÃES, 2021) surgidos na década de 90.

Segundo o trabalho *Comunidade, território e bailes funk de corredor: Rio de Janeiro, década de 1990* (2021), de Norma Magalhães, os festivais de galera eram organizados por equipes de som que traziam, semanalmente, um tema social e midiático para as galeras (comunidades), que desenvolviam, nesses espaços, sua própria maneira de expressão para o tema proposto, através de artes visuais e da música (funk, rap) voltada para o tema. O festival durava cerca de um mês cada, contava com quatro apresentações e ganhava um troféu aquele grupo que tivesse criado com mais imaginação, união e organização. Sabe-se que a rivalidade acontecia nos momentos do desfile, onde cada parte do baile já era reservada a algum grupo, no entanto, tais divisões eram imaginárias, não havendo nada que separasse de fato, nesse contexto surgiram os funks e raps com letras exaltando a força de um bairro, demonstrando poder de seu território para outras comunidades.

Ainda segundo a autora (MAGALHÃES, 2021), em 1995, após os festivais de Galera, nasceu os bailes de corredor, no qual ônibus eram alugados para que pessoas dos quatro cantos da cidade pudessem se encontrar, reunindo diferentes equipes de som como Furação 2000, Dudas, Cash Box, A Coisa, Pipo', etc, a tocar seus raps e montagens, cada um no seu horário. As comunidades e as equipes eram fomentadas a rivalizar, enquanto os DJ's confrontavam-se uns com os outros nos duelos de sons e mixagens. Logo, todo o espaço era dividido entre lado A e lado B através de uma corda e nesse mesmo ambiente, tocavam funks de paz e de duelos, onde cada comunidade era exaltada e homenageada, fortalecendo o sentimento de pertencimento ao território de origem. E enquanto as autoridades criminalizam a cultura por trás do funk e do rap, o movimento arrastava

milhões de jovens a pensar e cantar sobre seu cotidiano, sobre paz e guerra, união, organização e amizade.

Sobre o evento “Funk é cultura, sim!”: Apesar de ter sido uma noite de trocas e de muita potência, houve um episódio de intolerância durante o nosso evento. Um senhor que estava jogando Basquete na quadra irritou-se com a roda de conversa e esbravejou, pegando o microfone e falando contra a defesa do Funk como cultura. Ele expressou desprezo e duvidou que qualquer um ali soubesse o que era música de qualidade. Um episódio lamentável no qual fica explícito o racismo escondido atrás da repulsa ao funk, evidenciando que quando se defende uma expressão cultural, está presente a luta de classes.

O coletivo ZOA produziu mais um encontro e dessa vez foi em formato de Cine Debate no espaço Casa Bosque, em Campo Grande. No dia 04 de outubro de 2019, de 18h às 22h, alguns coletivos reuniram-se com o objetivo de debater segurança pública. Foram convidados Íbis Pereira (Coronel e ex-comandante geral da PMERJ), Mônica Cunha (Fundadora do Movimento Moleque), William Siri (Fundador do coletivo TudoNumaCoisaSó - hoje vereador do RJ).

Imagem 29.



Legenda: Em 2019 ocupamos a Casa Bosque, iniciativa em Campo Grande, bairro vizinho à Bangu.

Certamente o audiovisual é uma ferramenta importantíssima para fomentar discussões tão importantes como as formas de resistência popular e a crítica da estrutura social repressiva. Por isso, exibimos o filme “Relatos do Front”, com direção de Renato Martins e roteiro de Gabriel Pardal. Além disso, o filme traz o olhar dos moradores, que através da possibilidade de filmagem com a câmera de celular, foi possível filmar ações truculentas da polícia contra os moradores, assim como registrar ações das milícias e dos traficantes, graças a popularização dos Smartphones e a disseminação do câmara-testemunha.

Imagem 30.



Legenda: Panfleto do cine-debate que fizemos na Casa Bosque, em Campo Grande, zona oeste.

Segue a sinopse do filme:

Enquanto o Rio de Janeiro vive um de seus momentos mais difíceis em relação a segurança pública, aqueles que convivem diariamente com a violência e o medo da morte fazem de tudo para que consigam sobreviver mais um dia. De policiais militares até simples moradores: todos são vítimas de um problema que é analisado por sociólogos, historiadores e advogados, na tentativa de entender como esta guerra começou.”
(Relatos do Front, 2018)¹²

Ao longo do tempo, muitas pessoas chegaram junto para somar na construção da Zona Oeste Ativa. No início eram muitos jovens que sonhavam juntos em praticar a ativação e integração da região com outros bairros. No entanto, com o passar do tempo, os

12 Disponível em: <https://www.relatosdofront.com.br/o-filme>. Acesso em 04/09/2022.

compromissos da “vida adulta” e da necessidade do trabalho formal fez com que muitos deles se afastassem completamente dessa mobilização popular e comunitária. O que não ocorreu comigo. Eu, aluna do curso de serviço social, comecei a estudar políticas públicas através da Casa Fluminense¹³, uma organização que constrói coletivamente políticas e ações públicas para a região metropolitana do Rio de Janeiro.

A turma do Curso de Políticas Públicas de 2019¹⁴ era composta por alunos, em sua maioria negres, periféricos e mobilizadores populares, produtores culturais, ativistas, estudantes com a prática viva de intervenção no território. Foi um período importantíssimo onde ampliei o meu olhar acerca da necessidade de lutar por políticas públicas e a relação delas com a qualidade de vida, saúde mental e física das pessoas, ainda que o serviço social proporcione maior consciência sobre os limites de políticas de bem-estar social em contexto de crise estrutural do capital. Mesmo assim, dinheiro público precisa ser destinado ao povo e lutar por isso é legítimo e necessário.

Imagem 31.



Legenda: A partir do curso de políticas públicas da Casa Fluminense, realizamos evento com o Raízes de Gericinó

Ao final do curso, a turma de 2019, dividida em grupos, organizou diferentes intervenções para impulsionar outras intervenções já existentes no território. Em Bangu, escolhemos propor uma atividade em parceria com o Museu Raízes do Gericinó¹⁵ que

¹³ Curso de Políticas Públicas da Casa Fluminense 2019. Disponível em:

<https://casafluminense.org.br/curso-politicas-publicas-2019-extensao-uerj/>. Acesso em 04/09/2022.

¹⁴ Disponível em: <https://casafluminense.org.br/resultado-da-selecao-do-curso-de-politicas-publicas-2019/>. Acesso em 04/09/2022.

¹⁵ Website do Museu Raízes de Gericinó. Disponível em: <https://www.raizesdegericino.org/>. Acesso em 04/09/2022.

trabalha com cultura popular brasileira no processo de inclusão social através do Bumba-meu-boi maranhense na comunidade do Catiri, em Bangu. Sua missão é contribuir para a transformação social, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, por meio da cultura, da arte e da educação, promovendo a convivência familiar e comunitária, através de programas destinados para crianças, jovens e adultos.

Imagem 32



Legenda: Em frente à sede do Museu Raízes do Gericinó, em 2019, pós-evento.

O museu Raízes do Gericinó é uma iniciativa que parte do desejo de cultivar as raízes do Maranhão, através da cultura do Bumba Meu Boi. Há uma exposição permanente no museu-casa, que é guiada pelas gestoras do espaço. Ao final do percurso podem recitar uma poesia de cordel de autoria de uma das filhas do lugar. O espaço realiza rodas de coco e jongo. Nas vivências e apresentações culturais, a confecção de peças artesanais, personagens simbólicos e muitas cores é parte essencial na união da fé, festa e arte. Este projeto apresenta “uma rica linguagem narrativa e visual da impermanência da vida-morte-vida, onde o boi nasce, morre e ressuscita como uma estrela em noite de São João, sendo

uma expressão cultural reconhecida como Patrimônio Cultural do Brasil, pelo IPHAN, desde 2011”¹⁶No dia 10 de novembro de 2019, realizamos nossa ação no Museu Raízes do Gericinó. Nesse dia, a programação envolvia Roda de Conversa, Oficina de Plantio e Apresentação cultural Bumba Meu boi. Também lançamos uma campanha de financiamento coletivo para ajudar o espaço a comprar um ar-condicionado para a sala de informática e material pedagógico.

Em 2020, o mundo se deparou com a pandemia do Novo Coronavírus, o qual obrigou a humanidade a voltar-se para dentro de suas casas e a se reeducar para que não morressem todos contaminados. De fato, foram milhões de mortos no mundo todo e o campo da cultura foi um dos mais afetados por essa nova necessidade que a doença do vírus apresentava: a necessidade da não aglomeração, a necessidade de ficar em casa.

Imagem 33.



Legenda: Membras da ZOA, Núria e Juliana, já em 2020, visitando o Museu Raízes de Gericinó.

A lei 14.017/2020 ficou conhecida como Aldir Blanc em homenagem ao compositor de músicas memoráveis, como “O bêbado e a equilibrista”, hino da luta pela

¹⁶ Artigo Bumba meu boi: o artesanato como manifestação simbólica na indumentária. Disponível em: <https://www.artesol.org.br/conteudos/visualizar/Bumba-meu-boi-o-artesanato-como-manifestacao-simbolica-na-indumentaria>. Acesso em 06/09/2022.

anistia e fim da ditadura militar. Tais recursos foram repassados aos estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Cultura (FNC). Aldir Blanc faleceu em decorrência da Covid19 em 04 de maio de 2020.

Devido a esse contexto, o coletivo ZOA, pela primeira vez, conseguiu captar recursos públicos, através da Lei Aldir Blanc. Fomos contemplados com o Edital do Inciso II, da Prefeitura do Rio de Janeiro. Como contrapartida, realizamos uma atividade cultural de forma híbrida (Online-Presencial). No dia 20 de fevereiro de 2021 fizemos uma intervenção de grafite na GDS, com o Mano Tim¹⁷. roda de conversa virtual, ao vivo, nomeada de “Zona Oeste Ativa discute: Margens da cultura”¹⁸. Uma conversa sobre as expressões artísticas de pessoas que vivem em lugares classificados como periferia. Realizamos, ainda, um evento online estilo “live”¹⁹, com o lançamento de apresentações musicais de artistas das margens, que captamos e editamos, entrecortando com depoimentos dos artistas. Os convidados foram Helen Nzinga, Eider Zen e MÓFunção cantando e tocando no estúdio independente MÓFunção Records, em Niterói.

Convidamos duas pessoas para dar luz ao tema das “margens da cultura”: MV Hemp e Aricélia Mercês, moradores de Bangu, produtores e ativistas culturais com a mediação feita por mim, Isabella Leal. O Mv Hemp, ou “Ambulante Cultural” vem realizando desde os anos 2000, pesquisas, projetos e intervenções sonoras e visuais em favelas de todo o Brasil, com elementos da cultura de rua, como o grafite, a poesia, beats, audiovisual, roda de rima, e a pixação com o intuito de valorizar as memórias das periferias do país. Artista e produtor, trabalha como pesquisador musical, colecionando vinil, tocando músicas de ritmos afro-brasileiros dentro e fora da cidade, pintando sobre experiências e percepções pretas, multiplicando conhecimento para que novos produtores culturais façam seus trabalhos de forma autônoma nas favelas e periferias. Para o artista, as vielas das periferias são as galerias de arte mais orgânicas e vivas que existem e o seu trabalho com pesquisa musical, pintura, pixo e produção cultural está diretamente relacionada com a urgência da preservação de memórias afro-brasileiras que sofrem tentativas constantes de apagamento.

¹⁷ Post no Facebook da ZOA documentando ação presencial. Disponível em: https://business.facebook.com/creatorstudio/published?content_table=POSTED_POSTS&post_type=VIDEOS. Acesso em 05/09/2022.

¹⁸ Infelizmente a roda de conversa foi tirada do ar, pela rede social Facebook, sem aviso prévio.

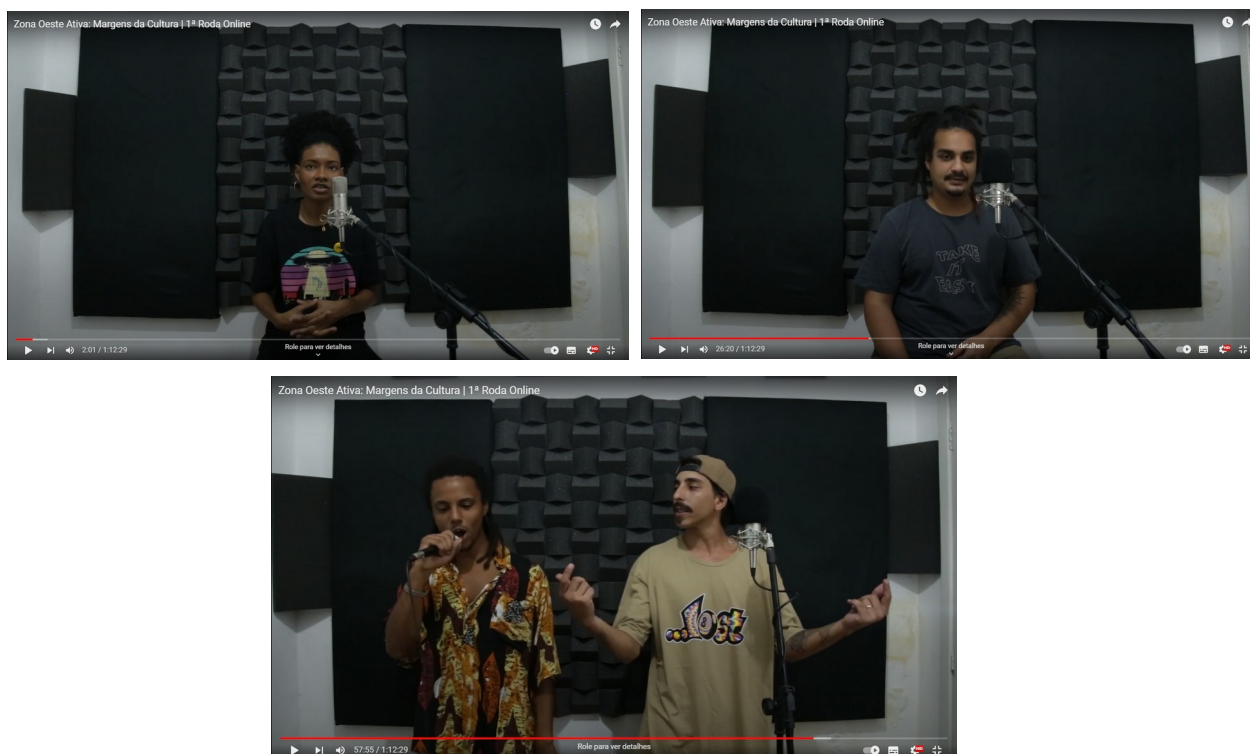
¹⁹ Evento Margens da Cultura, com apresentações artísticas estilo live. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GGcr9VHb35o&t=36> Acesso em 05/09/2022. Acesso em 05/09/2022.

Imagem 34.



Legenda: Cartaz Virtual do evento Margens da Cultura, em 2020

Imagem 35.



Legenda: Apresentação online durante o evento Margens da Cultura, com Helen Nzinga, Eider Zen e o grupo MóFunção.

Somado a isto, a voz de Auricélia Mercês tem grande importância no debate. Auricélia é pedagoga e especialista em gerenciamento de projetos, além de ser cantora lírica. Ela é Maranhense e gestora do museu casa Bumba meu boi em movimento, museu este que integra a rede de Museologia Social do Rio de Janeiro (REMUS), realiza ações com patrimônio imaterial desde 2010, atuante na comunidade do Catiri (Bangu) há 25 anos, sendo liderança comunitária através da valorização da memória, identidade e território. Ela também é conselheira do segmento de Direitos Humanos do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio de Janeiro (CONSEA-Rio) e conselheira do segmento de cultura popular da Secretaria Estadual de Cultura do Rio de Janeiro. Sendo assim, é possível perceber que a Zona Oeste Ativa é um movimento auto-organizado, espontâneo que buscava intervir na dinâmica do lugar através das conversas, sendo um movimento protagonizado por mulheres jovens “crias de Bangu”, que se constituiu enquanto processo de mobilização comunitária e popular. Somente na prática cultural coletiva foi possível dialogar com diferentes pessoas, unindo nossas singularidades e diversidades em prol de um propósito comum, em torno de um território estigmatizado, mas muito potente em sua raiz, sendo um mar de gente com o poder de decidir as eleições municipais, mas sobretudo detentora do poder de mobilizar pessoas que não fazem parte e não reproduzem sistematicamente a ideologia burguesa e neoliberalizante, individualista e com a vida centralizada no trabalho e no dinheiro.

Não à toa, tais mobilizações culturais sofrem repressão policial e tentativa de controle por parte do Estado, uma vez que a produção cultural periférica não se constrói sem uma forte instância política. Pelo contrário, se constrói a partir da prática da liberdade que apenas se torna possível atrelada a uma pedagogia que “o oprimido tenha condições de descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica” (FREIRE, 1983, p. 6). Em meio a crises do capitalismo, a greves, golpes e a violência, a ZOA afirma ser encontro, microfone aberto e museu a céu aberto, ainda que exista o aceleramento de apagamento de memórias de luta e resistência.

De acordo com a pedagogia freireana, a práxis, enquanto prática de liberdade, “é reflexão e ação dos homens para transformá-lo” (FREIRE, 1983, p. 25). As pessoas transformam a si mesmas enquanto transformam as circunstâncias. Isso é Zona Oeste

Ativa, um movimento espontâneo, afetuoso, auto-organizado, que produziu encontros e reflexões em praça pública. A metodologia da roda de conversa se faz importante pois torna mais orgânico o falar e o ouvir, fomentando comunicações sem hierarquias, como nos Círculos de Cultura, na Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire.

A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se na práxis, com a sua transformação, o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo permanente de libertação (FREIRE, 1983, p. 27).

Nesse sentido, cabe destaque o efeito transformador da ação da coletividade agindo em unidade, respeitando a diversidade e desenvolvendo seus dons ou melhores características em prol de um propósito maior, comunitário. Nas rodas da ZOA, esse processo se inicia através desse desvelamento do mundo, do debate coletivo em torno de uma situação que nos atravessa, fazendo com que as pessoas distanciem-se da condição passiva para tornarem-se ativas, pensantes, atuantes. Porém, como transformar a realidade opressora sem alterar também as práticas cotidianas e a experiência corporal? Como transformar a realidade, se as pessoas, ao terminarem a produção das rodas de conversa, voltam para suas casas e para as suas vidas. Ou seja, conversar, mudar a maneira de pensar, produzir, intervir tem um valor muito grande, porém, será transformador na medida em que seja possível modificar também a lente pela qual enxergamos a realidade, a linguagem na qual a decodificamos, a relação com a natureza e o compromisso com a justiça, liberdade e emancipação humana. Esse caminho é de longa estrada e transformação pessoal e coletiva.

CAPÍTULO 2. CULTURA E RESISTÊNCIA NA PERIFERIA DO CAPITALISMO EM TEMPOS DE BARBÁRIE

No Mundo moderno, as pessoas não se falam
 Ao contrário se calam, se pisam, se traem e se matam
 Embaralho as cartas da inveja e da traição
 Copa, ouro e uma espada na mão
 O que é bom pra si e o que sobra é do outro
 Que nem o sol que aquece, mas também apodrece o esgoto
 (A vida é desafio - Racionais Mcs)

Devo reafirmar que o movimento Zona Oeste Ativa é uma construção coletiva realizada por muitas mãos, corpos vibrantes e cabeças pensantes. A ZOA é, por autodefinição, um movimento cultural, não somente por fomentar intervenções artísticas na praça, como o Grafite, a música, a dança, etc, mas, sobretudo, porque produz ação e resistência, via oralidade, desde o ano de 2015, de modo a ressignificar a ocupação do espaço público na periferia na cidade do Rio de Janeiro. A Zona Oeste Ativa resiste ao modelo de cidade partida, é a cultura em ação. Portanto, nas próximas linhas iremos refletir teoricamente acerca da cultura partindo da experiência prática desse movimento.

2.1 Transformações das lutas sociais na expansão do capitalismo

Primordialmente, na história da humanidade, a prática da agricultura e do cultivo representou uma ruptura com o modo de vida no qual a humanidade esteve na condição de nômades e caçadores. Portanto, o período neolítico afirmou-se de extrema relevância, uma vez que possibilitou que homens e mulheres se fixassem em um só lugar, migrando do sistema de caça para a produção de alimentos, em virtude do domínio do fogo e da criação de animais, processo este que mais tarde culminou no surgimento das cidades.

Percebe-se que estamos em constante transformação a todo momento. E paralelamente a segunda fase da revolução agrícola, em decorrência do plantio em larga escala, da concentração de terras, do aumento da atividade pecuária, etc, estava sendo modificado também o pensamento em relação à alimentação e à vida humana. Tempos depois, a Revolução Industrial no século XIX foi um marco histórico de grande transformação, pois após o surgimento da máquina a vapor e do advento da modernidade, a humanidade e os povos foram radicalmente transformados.

Nesse sentido, Raymond Williams, um intelectual britânico de grande destaque para os estudos culturais, foi responsável por uma mudança radical de paradigma acerca de como olhamos para o conceito de cultura. Ele parte dos escritos de Karl Marx, nos quais torna-se possível refletir que as práticas humanas são base material. Seu conceito chave, “materialismo cultural” é fruto de uma análise profunda da posição da cultura no marxismo tradicional.

O autor, em seu livro *Cultura e materialismo* (2011), Williams defende que “qualquer abordagem moderna para uma teoria marxista da Cultura deve ser iniciada considerando a proposição de uma Base determinante e uma Superestrutura determinada” (WILLIAMS, 2011, p. 43). O autor afirma que embora essa tese seja muito conhecida nos estudos culturais, é necessário ir além do marxismo tradicional, aprofundar tais reflexões, voltar ao pensamento central nos escritos de Marx, destacando a proposição de que o ser social determina a consciência.

É necessário dizer que ambas proposições não necessariamente estão em contradição. “Mas a proposição de Base e Superestrutura, com seu elemento figurativo e com sua sugestão de uma relação espacial fixa e definida, constitui, ao menos nas mãos de alguns, uma versão bastante especializada e, às vezes, inaceitável da outra proposição” (WILLIAMS, 2011, p.43). Ao passo que a análise social com foco na cultura é realizada, é importante salientar algumas ressalvas sobre o termo “determinar”, sendo este de grande complexidade linguística e teórica” (Idem).

Nesse sentido, cabe dizer que Marx distancia-se do “determinismo” herdado das explicações idealistas e teológicas do mundo e do homem, opondo-se à ideologia de uma força fora do homem, ou uma consciência determinante abstrata, uma vez que coloca a origem da determinação nas próprias atividades dos homens, a partir da experiência da prática social, aproximando-se talvez da noção de determinação com a de fixar limites e exercer pressões (WILLIAMS, 2011)

Em primeiro lugar, seguindo a linha de raciocínio do autor, devemos examinar o termo da relação nessa proposição. “Superestrutura” adquiriu após Marx, “o sentido principal de uma ‘área’ unitária dentro da qual as atividades culturais e ideológicas poderiam ser colocadas” (WILLIAMS, 2011, p. 45). Para além disso, Williams preocupa-se com o significado de “base” pois, para ele, o conceito que é o mais importante a ser estudado, não tem sido examinado com igual cuidado. Repetimos e fingimos internalizar que a “base” são as relações reais de produção correspondentes a uma fase do desenvolvimento das forças produtivas materiais, no entanto, não nos aprofundamos no fato de que, enquanto essa determinada fase corresponde a um determinado estágio de desenvolvimento na qual tentamos analisar, ela nunca é estática ou uniforme na prática. Ou seja, as mudanças acontecem de maneira inevitável (WILLIAMS, 2011).

Para tal análise, é imprescindível ter em mente que “uma das proposições centrais do sentido da História em Marx é a de que existem contradições profundas nas relações de produção e nas conseqüentes relações sociais (WILLIAMS, 2011, p.46). Há, portanto, um fator necessário que é compreender que sempre há variação dinâmica dessas forças, especialmente se considerarmos que essas forças “significam algo muito mais ativo, mais complexo e mais contraditório do que o desenvolvimento da noção de ‘base’ poderia permitir que percebêssemos” (WILLIAMS, 2011, p.47).

Assim sendo, “temos que reavaliar a Superestrutura em direção a uma gama de práticas culturais relacionadas, afastando-a de um conteúdo refletido, reproduzido ou especificamente dependente” (WILLIAMS, 2011, p. 47). Assim, é preciso reavaliar a Base, “afastando-a da noção de uma abstração econômica e tecnológica fixa e aproximando-a das atividades específicas de homens em relações sociais e econômicas reais, atividades que contêm contradições e variações fundamentais” (WILLIAMS, 2011, p. 47). Ou seja, é preciso compreender o dinamismo, o eterno e complexo movimento das pessoas e relações sociais para conseguir avaliar os processos culturais.

Outrossim, segundo Williams, “quando falamos de ‘base’ estamos falando de um processo e não de um estado, estamos observando um modo de produção em um determinado estágio de seu desenvolvimento” (WILLIAMS, 2011, p. 47). À medida que aparecem dificuldades na difusão da noção de Base e Superestrutura, Williams desenvolve um conceito alternativo e importante a partir da ideia de “totalidade social”, cunhada principalmente pelo filósofo György Lukács. “Esse conceito de uma totalidade de práticas sociais se opunha à noção ‘em camadas’ da base e de sua conseqüente superestrutura” (WILLIAMS, 2011, p. 49). Para Williams, tal conceito “é compatível com a noção do ser social determinando a consciência, mas ele não interpreta esse processo, necessariamente, nos termos de uma base e de uma superestrutura. A linguagem da totalidade tornou-se comum e é, de fato, em muitos aspectos, mais aceitável do que a noção de base e superestrutura” (WILLIAMS, 2011, p. 49). Porém, como ressalta Williams, ainda que cheias de contradições e complexidades, existem princípios, organizações, intenções e estruturas específicas que determinam a sociedade que vivemos.

Esse pensamento evidencia o motivo pelo qual movimentos sociais foram e ainda são reprimidos em toda a história da luta de classes, pois a sua prática política, que também

é cultural, expõe as contradições inerentes ao sistema capitalista, posicionando-se de maneira evidentemente antagônica.

Seguindo esse raciocínio, para o historiador Edward Palmer Thompson, a história dos pobres é sempre a história de suas lutas políticas radicais, sendo este um indicador para observar melhor as ações das multidões, como indica no livro *A Formação da Classe Operária Inglesa* (1987). A exemplo dos motins da fome no século XVIII, sendo uma forma de ação popular direta, quando a população inglesa rebelou-se contra a alta nos preços dos cereais, dentre os quais, o centeio, a cevada, a aveia e o trigo eram os principais alimentos dos pobres.

É importante compreender que o povo inglês manifestava sua revolta em relação à perda de sentido da existência no contexto inicial do desenvolvimento capitalista, partindo de um consenso popular em torno do que era legítimo ou ilegítimo nas atividades dos mercados. Nesse momento, em muitas ocasiões, os motins nem mesmo se apropriaram dos estoques, mas sim castigavam os negociantes que estivessem exercendo práticas abusivas. Os motins da fome foram um marco para o que Thompson definiu como a “economia moral” da multidão inglesa no século XVIII.

Merece destaque o conceito de “economia moral” da multidão que girava em torno dos princípios e valores daquele povo. Todos sabiam que, se elevasse excessivamente os preços, receberiam essas retaliações tornando o efeito moral ou político mais potente do que os efeitos práticos dos saques e, se desrespeitada fosse, era motivo para ação direta habitual. Segundo Thompson (1987), a palavra “motim” era muito pequena para abarcar todo o significado social dessas ações, que não pode ser reduzido apenas a momentos de perturbação social. Nas palavras do autor:

É possível notar, em quase toda ação popular do século XVIII, uma noção legitimadora. Por noção de legitimação, entendo que os homens e as mulheres da multidão estavam imbuídos da crença de que estavam defendendo direitos ou costumes tradicionais; e de que, em geral, tinham o apoio do consenso mais amplo da comunidade. De vez em quando, esse consenso popular era endossado por alguma autorização concedida pelas autoridades. O mais comum era esse consenso ser tão forte a ponto de passar por cima das causas do medo ou da deferência (Thompson, 1987. p.152).

Percebe-se que os motins eram uma “forma altamente complexa de ação popular direta, disciplinada e com objetivos claros” (THOMPSON, 1998, p. 152). Influenciavam

no governo e no pensamento do século XVIII, pois a multidão colocava-se de modo ativo na vida pública, “operando a partir de um consenso popular, a respeito do que eram práticas legítimas e ilegítimas das atividades do mercado” (THOMPSON, 1998, p.152). A luta e a resistência era em defesa de costumes e tradições que estavam ameaçados, sendo um paralelo sintomático se compararmos com a luta da classe operária formada, na qual lutava por dentro do sistema, pautando a integração por meio do consumo.

Ainda no século XVIII, à medida que ocorriam os motins da fome provocados pelos abusos dos comerciantes em um contexto de fome, a agricultura inglesa curiosamente eleva-se a um novo grau de excelência. É interessante observar que a indústria capitalista naquele estágio de desenvolvimento, crescia sob o cenário de um povo irascível e mobilizado que formavam bandos saqueadores e percorriam os campos com porretes ou se rebelavam nos mercados por preços mais justos e acessíveis para um povo que se alimentava, sobretudo, de pão, consumo este que refletia, em partes, os graus de pobreza em que viviam (THOMPSON, 1987).

Por consequência, os novos rumos do mercado eram constantemente questionados e tais conflitos levam a uma área central na vida da população, pois em tempos de preços altos, mais da metade do orçamento semanal da família de um trabalhador ou uma trabalhadora, poderia ser gasto em pão. “O moleiro, que não é inimigo do fazendeiro, fixa o preço que ele pede, e os pobres têm de aceitar as suas condições” (THOMPSON, 1987, p. 158). Portanto, o mercado era uma farsa armada, pois ao fazer o pedido ouvia-se que o trigo já havia sido vendido e os grãos estavam ali apenas para evitar a punição advinda da lei.

É possível perceber, portanto, a relevância que os motins tiveram em seu tempo histórico, pois esse exemplo de luta das multidões representa uma forma de resistência e mobilização popular construída por homens e mulheres constituídos enquanto povo, questionando a suposta “liberdade” que surgia de maneira ideológica. Essa experiência se repete na história. Na tese de doutorado *Ensaio das formas de resistência na história: crítica do capital e práxis emancipatória* (2013), Adriana Ferreira destaca que “homens e mulheres, pela práxis, chegam à consciência de si e a compreensão dos reais objetivos de luta, que eram os seus próprios objetivos” (FERREIRA, 2013, p. 14).

Em contraste, a classe burguesa, estava a impor, através da internalização da disciplina e da ordem dentro de igrejas, escolas, fábricas, magistrados, o modo “correto” de se viver na era moderna. Ao refletir sobre os estudos de Thompson quanto à formação da classe operária, nos períodos de 1790 e 1832, Ferreira explica que “o historiador considerou que o processo de resistência da plebe inglesa à sociedade moderna foi o próprio processo de formação da classe” (FERREIRA, 2013, p. 15).

Neste sentido, o advento da modernidade gerou uma transformação radical no modo de vida e também uma mudança na percepção do tempo. Algo notável foi o distanciamento do ser humano e do seu trabalho com os ciclos da natureza, pois através da transição para a sociedade industrial, reestruturou-se os hábitos de trabalho, novos estímulos e uma nova natureza humana estava atuando sobre os seres humanos, portanto cabe questionar: “até que ponto tudo isso se relaciona com mudanças na notação interna do tempo?” (THOMPSON, 1998, p. 268).

Deste modo, as tarefas diárias deixaram de estar alicerçadas as necessidades humanas e ganha ênfase a nova necessidade do momento: a disciplina para o trabalho. Em uma outra lógica, nota-se que a separação entre vida e trabalho é reduzida, num contexto de orientação do tempo pelas tarefas, como, por exemplo, pescadores e navegantes tinham suas vidas integradas com as marés. Os agricultores, em meses de colheita, precisavam colher os grãos antes das tempestades, trabalhando do amanhecer até o crepúsculo. Ademais, deve-se cuidar das ovelhas e protegê-las dos predadores na época do parto, as vacas devem ser ordenhadas, etc.

De acordo com Thompson,

não existe desenvolvimento econômico que não seja ao mesmo tempo desenvolvimento ou mudança de uma cultura, assim como o desenvolvimento de uma consciência social. É o desenvolvimento da consciência social, como o desenvolvimento da mente de um poema, jamais pode ser, em última análise, planejado (THOMPSON, 1998, p. 304)

Em decorrência das novas exigências da indústria, como a inclusão de mão de obra e a divisão do trabalho, começam as mudanças na qual o tempo passa a ser transformado em dinheiro. Curiosamente, o relógio torna-se a mais urgente necessidade de consumo exigido pelo capitalismo industrial, a fim de regular o ritmo e impulsionar o seu avanço.

“Sempre que um grupo de trabalhadores entrava numa fase de melhoria do padrão de vida, a aquisição de relógios era uma das primeiras mudanças notadas pelos observadores” (THOMPSON, 1998, p.279). O instrumento regulava ritmos da vida industrial e virou uma necessidade para impulsionar o sistema. “Além disso, o relógio era o banco do pobre, o investimento das poupanças: nos tempos difíceis, podia ser vendido ou posto no prego” (Idem).

O que predomina, portanto, não é a tarefa, mas sim o tempo enquanto moeda, reduzido a dinheiro. Nesse contexto, toda a estrutura social que havia existido, estava sendo modificada. A realidade tornava-se distinta e, por conseguinte, as relações entre os indivíduos também. Costumes que antes se justificavam em um mundo agrário e rural foram esquecidos ou se modificaram no meio urbano. Novos conflitos surgiram diante de uma nova configuração de relações trabalhistas e influenciados pelo capitalismo emergente, que foi o ponto principal da nova organização do mundo.

À medida que o tempo corria, homens e mulheres experienciaram o aprofundamento de sua subordinação à estrutura econômica advinda do Capital, seja nas relações ou práticas sociais, a imposição da centralidade do trabalho na vida dos seres humanos ao passo que os trabalhadores iam perdendo os laços sociais os quais estão na base da relação com a terra onde vivenciaram suas experiências, tendo sido transformados a donos apenas do próprio corpo, reduzido a mera força de trabalho no campo e na cidade. Dessa forma, alienam-se acerca da sua própria prática social.

O processo de modernização provocou uma intensa mudança e ruptura com experiências sociais coletivas e objetivas, antes a terra produzia alimentos e uma vida inteira, produzindo laços comunitários. Esse foi um modo de vida na história que ainda está na memória do povo. Sendo assim, o século XIX é reconhecido por representar grandes revoluções e inovações tecnológicas, no entanto, foi também um tempo histórico de aprofundamento das desigualdades sociais, exploração do trabalho humano, fome, exclusão, trabalho infantil, grandes misérias e, concomitante a isso, muitos levantes de movimentos sócio-políticos, os quais trabalhadores e trabalhadoras lutavam contra uma estrutura violenta e desigual, demarcando a formação da classe operária e as conquistas da mesma.

No livro *A comuna de Paris: os assaltantes do céu* (1999), o professor e ensaísta argentino Horácio González, traz diferentes interpretações do evento. A exemplo da Europa de 1871 - força motriz do capitalismo, em processo de sua consolidação como modo de produção dominante, palco de uma extraordinária insurreição popular conhecida por Comuna de Paris, no contexto da invasão da França e a submissão da burguesia pelo poderio Alemão na guerra contra a Prússia, sendo este o estopim para a revolta popular, quando instalou-se um governo conservador comandado por Louis Thiers. A Comuna foi resultado direto da rebelião popular contra a estrutura opressiva das relações modernas que vinham se consolidando.

Segundo Horácio González, “tudo o que estava contido no subsolo da sociedade se faz visível. O conjunto das instituições que exibiam e detinham o poder, repentinamente caem” (GONZÁLEZ, 1999, p. 7). Em síntese, foram meses de muitas mudanças, como:

A queda do Segundo Império, como resultado da derrota militar de Luís Napoleão III pela Prússia de Bismarck, a proclamação da República, o sítio de Paris pelos prussianos e a guerra civil entre a Assembléia Nacional de Versalhes e o governo eleito em março de 1871 pelos parisienses: a Comuna de Paris (GONZÁLEZ, 1999, p. 7)

Para Marx, que acompanhou de Londres a Comuna de Paris, criou-se um novo ponto de partida com esta revolta, visto que protagonizada pela pequena-burguesia (FERREIRA, 2013). Adriana Ferreira explica que, segundo Marx, o processo de modernização das lutas representa um rompimento com a memória dos ancestrais derrotados enquanto força motivadora da mudança. Para Marx, essa memória, com efeito mistificador, “impregnava a luta operária francesa de ilusões do passado” (FERREIRA, 2013, p.13). No entanto, a comuna “desenvolvia um modo próprio de fazer política trazia em si uma certa espontaneidade profundamente ameaçadora” (Idem). Segundo González, para Marx, “a conquista do reconhecimento do solo no qual as forças reais brotam, no exercício de sua consciência revolucionária” (GONZÁLEZ, 1999, p. 25) é o terreno da revolução, uma vez que “entre a consciência social e a realidade social material se produz um descompasso” (GONZÁLEZ, 1999, p.24).

Na sequência da queda do Bonapartismo, a resistência crescia rapidamente na França. No inverno daquele tempo, havia fome, enquanto os prussianos ocupavam a cidade, inclusive ocorreu de comercializarem ratos, os ovos e leite estavam escassos e não

havia distribuição de pão com regularidade. Ademais, o gás de iluminação das ruas começava a faltar. Como consequência, a guerra civil e a Comuna já anunciavam-se antes de materializar-se. Foi através de reuniões públicas, manifestações políticas que a terra fértil foi adubada para que os opositores florescerem.

Os blanquistas, espécie de jornalistas de tendência revolucionária, constituíram-se enquanto o grupo mais ativo e, também, o alvo escolhido pela polícia imperial. O blanquismo reúne-se sob a lenda do velho Blanqui, que passou longos anos de sua vida na prisão por organizar conspirações e iniciar insurreição para derrubar o reinado do capitalismo a fim de iniciar uma república socialista. No mais, havia também os internacionalistas franceses, filhos de Proudhon, ainda que nem sempre interpretassem o seu mestre da mesma forma. Este pensador, que é considerado o principal teórico do anarquismo, publicou obras criticando a propriedade privada e acreditava que a revolução social poderia ser alcançada por meios pacíficos considerando, segundo Horácio Gonzáles, “uma drástica exclusão dos meios de ação política, cenário este que foi se modificando após conflitos com a justiça imperial, quando passaram a apoiar as primeiras greves” (GONZÁLEZ, 1999, p.20-21).

Na época da Comuna, o horizonte ideológico dos trabalhadores estava marcado por uma Comuna de produtores, descentralizando a gestão dos bens sociais. Assim, a população submetida à fome, humilhações e miséria, provoca uma organização grandiosa de rebeliões. E embora houvesse diferenças, houve uma unidade pela tentativa de produzir um ponto de junção entre o ativismo blanquista e as doutrinas econômicas proudhonianas e socialistas.

Tal importância se deve ao fato de que a Comuna de Paris inaugurou uma nova fase para as lutas sociais, destruindo, ainda que por um curto período de tempo, o Estado projetado pela Revolução Francesa de 1789, na qual os Jacobinos foram os responsáveis por destronar e guilhotinar a Monarquia Absolutista daquele tempo - tal radicalidade ecoou também na Comuna de 1871. Por três meses, os trabalhadores implementaram uma experiência de governo no qual o poder não estava concentrado em disputas parlamentares, pelo contrário, produziam um sentido de poder a partir da união das pessoas, no território e em espaços públicos, constituindo-se enquanto o primeiro governo proletário da história, servindo como referência aos Anarquistas.

O Comitê Central da Guarda, em sua primeira decisão, convocou através dos “affiches” nas paredes da cidade, eleições de representantes municipais. Este tinha sido um grande anseio da maioria da população de Paris. Esse affiche representava uma forma viva e quase artesanal de comunicação, trazia notícias, decretos, convocações, sendo o meio de comunicação diário da Comuna com a população durante os 62 dias de governo, cuja tiragem é de 6 mil exemplares. Além disso, havia também o jornal da Comuna, o *Le Cri Du Peuple* que deixava 100 mil exemplares todas as manhãs (GONZÁLEZ, 1999). “Dois dias depois das eleições, proclama-se a Comuna. Por fim, Paris já tinha um órgão de governo cujo nome real coincidia com o que durante tanto tempo se tinha gritado e sonhado nas ruas” (GONZALÉZ, 1999, p. 64).

Com toda certeza, o primeiro governo proletariado tinha um gigantesco desafio pela frente: governar uma complexa cidade durante o deflagrar de uma guerra - e era o verdadeiro pano de fundo das tomadas de decisões. Em suma, as medidas tomadas pela Comuna eram decisões de reorganização do poder administrativo, medidas de reformulação de relações de trabalho, vinculadas à reformas culturais, vinculadas à solidariedade social, etc. No âmbito administrativo, destacam-se as mudanças como “suprime-se o exército permanente, substituído por milícias cidadãs; assalaria-se a função pública em correlação com o salários dos trabalhadores, separa-se a Igreja do Estado, estimulam-se as subunidades territoriais de administração municipal” (GONZÁLEZ, 1999, p.81).

Também estão entre as medidas, a reformulação de relações de trabalho. A exemplo da supressão do trabalho noturno em padarias, há um projeto de eleição de juízes por sufrágio, também houve a prorrogação geral do pagamento dos aluguéis, no qual é possível perceber a ideia de “propriedade social” na relação com unidades de produção e moradias abandonadas, etc. No mais, é possível dizer que a Comuna foi obra da Guarda Nacional, movida por assembleias permanentes.

Por fim, 62 dias depois da implementação da Comuna, chegaram os derradeiros dias da mesma. Eram os versalhenses entrando em Paris, enquanto a Comissão Executiva da Comuna discutia a viabilidade e a sensatez de uma intervenção do Estado nas artes e na literatura. Foram pegos de surpresa e assim houve guerra por 07 dias. Os incêndios à noite iluminaram toda a cidade, em um cenário de um combate extremamente desigual, no qual

o exército poderoso não encontrou tantos empecilhos para destruir o outro exército de soldados sem comando e dispersos.

Assim terminava a experiência do primeiro governo proletário na história. Vinte mil soldados e simpatizantes da Comuna foram assassinados e “diz-se que Paris quase ficou sem sapateiros, sem ferreiros, sem alfaiates, marceneiros, pedreiros... Pois eram esses os homens que tinham vestido o uniforme da Guarda Nacional” (GONZÁLEZ, 1999, p. 93). Karl Marx, que observou esse processo, nomeou os combatentes da Comuna de “os assaltantes do céu”, a fim de caracterizar a forte veia revolucionária, embora com pouca propensão para análise das condições objetivas da sociedade. De forma raramente ambígua, o pensador tecia críticas ao mesmo tempo que elogiava a Comuna de Paris (GONZÁLEZ, 1999).

É preciso analisar as formas diferentes como Paris e Versalhes interpretavam a guerra. A guarda, com soldados sedentários, advindos da insurreição de rua, agia sem um plano existente. Logo, “como fazer com que a estrutura deliberativa, que é a essência da Guarda, permita rapidez na ação?” (GONZÁLEZ, 1999, p. 66-67). Ao passo que Versalhes, com infantaria de marinha e o exército de linha, avançava sem trégua e sem piedade. Neste momento, havia um confronto entre valores sociais definitivamente contrapostos. “Assim, fuzilar sem julgamentos, atirar contra ambulâncias, definir a população civil como objeto bélico, o que quebrava as convenções bélicas entre iguais, eram as ações naturais que correspondiam a uma guerra entre classes, modos de vida e interpretações da história totalmente diferentes. (GONZÁLEZ, 1999, p. 67)

O fim da Comuna de Paris havia concluído a primeira fase do movimento operário europeu e da Primeira Internacional. Desde então começou uma nova fase. Em vez de revoluções espontâneas, insurreições, lutas de barricadas, depois das quais o proletariado recai sempre em seu estado passivo, começou a luta cotidiana sistemática, a utilização do parlamentarismo burguês, a organização de massas, a união entre a luta econômica e a luta política, entre o ideal socialista e a defesa obstinada dos interesses cotidianos imediatos (LUXEMBURGO, 1916, s/p apud LOUREIRO, 2009, p. 82).

A partir dessas transformações sucessivas, o advento da modernidade se conclui no coração do capitalismo. A Europa é linha de frente e liderou o processo de modernização dos Estados e integração da sociedade a esse modelo econômico, político e social que se desenvolvia. Através do advento da modernidade, é possível observar alguns fenômenos

como a destruição da vida pública e dos laços comunitários que jamais voltaram a ser produzidos nos territórios de moradia como antigamente. A vida pública era constituída a partir de uma vida social comum compartilhada, porém, a modernidade transformou a vida pública em instituições e a uma vida cada vez mais privada.

Por conseguinte, devemos lembrar que foi “a necessidade de submissão a um ‘trabalho insatisfatório, sob uma severa disciplina, visando propósitos alheios’ que motivou rebeliões populares e espontâneas do século XIX” (FERREIRA, 2013, p. 19). Segundo Ferreira (2013), enquanto o povo perdia sua coesão comunitária, ficavam as formas de organização política, na qual a combatividade transformava-se, ao longo do tempo, na luta institucional enquanto classe. Logo, a constituição da sociedade burguesa se deu através de práticas sociais nas quais os indivíduos alienados de experiências objetivas, aprisionam-se nas relações sociais de produção criadas por eles.

Dessa maneira,

Com efeito, tal passividade e esvaziamento das ruas também reflete a redução das revoluções espontâneas, insurreições e lutas de barricadas.

O fim da Comuna de Paris havia concluído a primeira fase do movimento operário europeu e da Primeira Internacional. Desde então começou uma nova fase. Em vez de revoluções espontâneas, insurreições, lutas de barricadas, depois das quais o proletariado recaía sempre em seu estado passivo, começou a luta cotidiana sistemática, a utilização do parlamentarismo burguês, a organização de massas, a união entre a luta econômica e a luta política, entre o ideal socialista e a defesa obstinada dos interesses cotidianos imediatos (LUXEMBURGO, 2009, p. 82).

De acordo com Ferreira, “Os homens vão perdendo o terreno da espontaneidade, na medida em que deixam de resistir e se liberam para seguir o curso ‘inevitável’ da vida moderna” (2013, p. 34-35).

Nesse sentido, a história revelou que

a missão revolucionária foi profanada na medida em que a classe proletária encerra seu processo de formação, tendo sua luta integrada ao conjunto das práticas sociais reificadas da modernidade, no processo em que passa a ter acesso a condições minimamente satisfatórias de reprodução social quanto ao trabalho, ao consumo e aos direitos sociais (FERREIRA, 2013, p. 9).

Ao mesmo tempo em que temos uma classe trabalhadora que se conforma com a ordem vigente, temos parcela das massas sobranes, que “para fora desta forma social em

ruínas, o que pode resultar na produção de experiências coletivas que sejam de fato uma alternativa histórica à barbárie contemporânea” (FERREIRA, 2013, p. 9).

Haja vista, na história do mundo moderno, o choque entre dois ou mais princípios: mercado e estado, economia e política, capitalismo e socialismo, etc. Segundo Robert Kurz, é necessário perceber a economia e o mercado como dois pólos de um mesmo campo histórico. Com efeito, esse campo, considerado em totalidade, “é o moderno sistema produtor de mercadorias, a forma da mercadoria totalizada, a transformação incessante do trabalho abstrato em dinheiro e com isso, na forma de um processo, a ‘valorização’ ou a economicização abstrata do mundo.” (KURZ, 1995, s/p). Por consequência, nesse sistema, sempre deve existir os dois pólos: capital e trabalho, mercado e estado, não importa qual seja a roupagem histórica.

Mészáros (2011), com base em Marx, nos aponta que o capital deve ser compreendido como uma relação social, como um sócio-metabolismo. Enquanto relação social, o autor determina que o mundo das mercadorias impera sobre o mundo dos trabalhadores. “As relações sociais aparecem como relações reificadas entre as pessoas e relações sociais entre as coisas” (MARX, 2011, p. 123) De acordo com Marx, o trabalho morto (as mercadorias) comanda o trabalho vivo (os trabalhadores). O Capital busca crescer e expandir através da mais-valia, ou seja, exploração, visando a acumulação, porém, a partir dos anos 1970, começa a crise estrutural do capitalismo, (esse é um debate polêmico).

Sobre isso, Marx nomeou de “Capital Variável” a fração do Capital que é despendida na compra da força de trabalho, sendo responsável pela reprodução social ampliada, de tal modo que desenvolvimento do modo de produção capitalista e da força produtiva do trabalho são simultaneamente causa e efeito da acumulação. No entanto, existe um detalhe importante a se observar:

O crescimento do capital variável torna-se, então, o índice de mais trabalho, mas não dos trabalhadores ocupados. Todo capitalista tem interesse absoluto em extrair uma determinada quantidade de trabalho de um número menor de trabalhadores, em vez de extraí-lo por um preço igual ou até mesmo mais barato de um número maior de trabalhadores (MARX, 2011, p. 465).

É certo dizer que o capital produz riqueza buscando a própria acumulação e não visa resolver questões sociais. Segundo o autor, “a acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua” (MARX, 2011, p. 462). Em outras palavras, é importante observar que a reprodução social do capitalismo deposita grande parte de sua força na formação de um exército industrial de reserva. No capítulo 23, do primeiro tomo d’O Capital, chamado A Lei Geral da Acumulação Capitalista, tem o subcapítulo “Produção Progressiva de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva”. Neste subcapítulo, Marx aponta tal exército de reserva como um material humano sempre a postos, pronto para ser explorado, sobretudo em contextos de oscilações do ciclo industrial, tendo em vista que “A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada em razão do sobretrabalho da outra parte, e vice-versa, torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual” (MARX, 2011, p. 465). Desse modo:

Nos períodos de estagnação e prosperidade média, o exército industrial de reserva pressiona o exército ativo de trabalhadores; nos períodos de superprodução e paroxismo, ele barra suas pretensões. A superpopulação relativa é, assim, o pano de fundo sobre o qual se move a lei da oferta e da demanda de trabalho. Ela reduz o campo de ação dessa lei a limites absolutamente condizentes com a avidez de exploração e a mania de dominação próprias do capital (MARX, 2011, p.467).

Cabe dizer que o sistema econômico capitalista demanda a existência de territórios não colonizados pelo poder imperialista, para que assim consiga se expandir de modo a transferir para essas zonas não colonizadas, suas contradições primordiais da relação exploratória entre capital e trabalho e, nesse limite planetário, instala-se uma crise estrutural, o colapso desse sistema, conforme afirma Mészáros em diálogo com David Harvey, recompondo a “Acumulação por Espoliação”, ou seja, a riqueza nas mãos de poucos. Ao contrário das crises antigas, as quais eram crises de superprodução, agora as crises são permanentes, a partir dos anos 1970, adquirindo o caráter de crise estrutural (MÉSZÁROS, 2011).

Assim sendo, foi após a terceira revolução industrial que o mundo consolidou a automação. Após tantos processos de expansão da capacidade tecnológica, a máquina passou a ter uma significativa autonomia em relação ao ser humano, expulsando cada vez

mais do meio de produção a condição de existência do capital, o trabalho vivo. De acordo com Mészáros (2011), desse momento até agora, “a ciclicidade das crises tornaram-se sistêmicas, estruturais, envolvendo o conjunto das instituições da sociedade burguesa, o colapso de uma série de válvulas de segurança que cumpriam um papel vital na perpetuação da sociedade de mercado” (MÉSZÁROS, 2011, p. 48).

Diante disso, cabe dizer que as máquinas reduzem o tempo socialmente necessário para a produção das mercadorias, fazendo com que as mesmas sejam barateadas. Dessa maneira, a extração de mais-valia é reduzida, uma vez que a máquina transfere apenas uma parte do valor anteriormente extraído da mão de obra viva. Inclusive, a lei da concorrência também é um agravante nessa situação, pois cada vez dita preços mais baixos. Portanto, a base produtora da grande crise é autodestrutiva, uma vez que o capital não pode eliminar a sua própria condição de existência - o trabalho vivo - e nem mesmo poderá retroceder no seu processo de expansão das forças produtivas e, dessa forma, não acumulando riqueza a partir da exploração da mão de obra, a acumulação passa a ser cada vez mais fictícia, pois se depara com o esgotamento da expansão do valor.

Nas palavras de István Mészáros, “o controle existente no sistema capitalista não pode separar avanço de destruição, nem progresso de desperdício” (MÉSZÁROS, 2011, p. 69). E, além disso, outro fator que merece destaque é o novo padrão emergente de desemprego como uma tendência socioeconômica que adquire o caráter de um indicador do aprofundamento da crise estrutural do capitalismo atual (MÉSZÁROS, 2011). De acordo com Marildo Menegat, no trabalho *Unidos por catástrofes permanentes: o que há de novo nos movimentos sociais da América Latina* (2012) “o trabalho vivo se tornou um resíduo fantasmagórico ante uma massa gigantesca de trabalho morto presente no aparato técnico resultante dessas revoluções” (MENEGAT, 2012, p. 2).

Logo, especialmente nesse contexto de crise estrutural, deve-se elucidar a falta de autonomia do Estado em relação ao mercado. O Brasil sendo o país subordinado ao centro do capitalismo, auxilia a exemplificar a argumentação de Robert Kurz. Segundo o pensador,

o Estado como empresário aparece sobretudo nas sociedades de modernização tardia. Isso não é um acaso, pois em muitos países somente a máquina estatal poderia alavancar, através da acumulação centralizada do ‘trabalho abstrato’ (Marx), a tentativa de estabelecer uma conexão com os países desenvolvidos (KURZ, 1995, s/p).

Nesse sentido, “o dinheiro é, portanto, o meio universal e total - simultaneamente, o fim em si da modernidade, tão abstrato quanto absurdo” (Idem). De acordo Mészáros, a crise atual não se reduz a uma crise política, mas trata-se de uma crise estrutural geral das instituições capitalistas de controle social na sua totalidade. “Instituições essas que são inerentemente violentas e agressivas, seguindo uma única linguagem de pano de fundo: Guerra, se fracassam os métodos normais de acumulação” (MÉSZÁROS, 2011, p. 65). Além disso, existe uma denúncia muito difundida em sociedade a qual nomeia de “economicismo” tais análises, colocando-as em um significante de erro teórico. No entanto, cabe destacar o equívoco dessa classificação, uma vez que existe um predomínio real do mercado sobre o pólo estatal-político, segundo a tese de Kurz (1995). E assim, “as obras de Marx tinham como intenção a emancipação da ação humana do poder das implacáveis determinações econômicas” (MÉSZÁROS, 2011, p.72).

Em suma, é necessário expor as contradições básicas do capital, que devem ser combatidas no lugar onde realmente são geradas (MÉSZÁROS, 2011, p.70) uma vez que ele não pode separar “avanço” de destruição, nem “progresso” de desperdício, ainda que as resultantes sejam catastróficas. (MÉSZÁROS, 2011, p.73). Nesse sentido, Robert Kurz (1995) faz apontamentos valiosos ao sinalizar a dependência do Estado perante o mercado, considerando que o Estado não possui nenhuma faculdade de criação de dinheiro. Pelo contrário, “depende estruturalmente que a sociedade civil ganhe suficientemente no mercado, de modo que possa financiar as atividades do Estado” (KURZ, 1995, s/p). O Estado precisa “retirar o dinheiro necessário para o financiamento dessas atividades, restringindo, assim, a economia de mercado, agindo, contra a sua própria finalidade, precisamente para cumpri-la” (Idem).

Inclusive, pautar a corrupção existente em governos políticos é, segundo Mészáros (2011), evitar a questão, ignorando que os sintomas da crise estrutural multiplicam-se de maneira severa e diante de nossos olhos. Sendo assim, no ano de 2022, acreditar que o capital deu certo é, sem dúvidas, auto-engano. Compreende-se que tal sistema funciona para as grandes transnacionais e os bancos, jamais preocupando-se em solucionar os graves problemas com epidemias, queimadas, alagamentos, a destruição e esgotamento de recursos do meio-ambiente; a corrupção que desvia verbas da saúde, da educação ; a fome,

os adoecimentos psíquicos, o desemprego, a violência cada vez mais alarmante, situações essas que minam, cada vez mais, as condições fundamentais da sobrevivência humana.

2.2 Resistências populares na periferia do capitalismo e no contexto de crise estrutural do capital

Para Rosa Luxemburgo, os estudos marxistas eram suficientes para pensar o capitalismo no centro, mas não acerca das periferias do mundo. Rosa criticava, por exemplo, a ideia do desenvolvimento capitalista na metrópole como algo separado do desenvolvimento capitalista na periferia. Cabe destaque a tomada de partido da especificidade histórica de países periféricos por Rosa Luxemburgo, como ressalta Isabel Loureiro (2009). A autora entende o capitalismo europeu como um modelo usurpador, o que permitiu o enriquecimento das nações europeias às custas do resto do mundo. Na análise de Loureiro, Rosa Luxemburgo

ênfata a violência com que as culturas primitivas são aniquiladas pelo colonizador europeu e substituídas pela economia de mercado. Esta não significa progresso em relação ao período anterior, mas a ruína econômica e cultural das civilizações não capitalistas, que continuam submetidas à “acumulação primitiva”. A análise do papel exercido pela violência e, em particular, pelo militarismo, no processo de acumulação do capital é um sinal inequívoco da atualidade da obra (LOUREIRO, 2009, p. 67).

Para seguir nessa reflexão, é preciso estabelecer distinções entre a formação do capitalismo no centro e nas periferias. Segundo o autor Paulo Arantes, no livro *A fratura brasileira do mundo: visões do laboratório brasileiro da mundialização* (2001) “Nas periferias do capitalismo, um dos mitos fundadores de uma nacionalidade periférica é o encontro marcado com o futuro” (ARANTES, 2001, p.11). Esse mito se fez presente no imaginário dos brasileiros, que sentiam estar a poucos passos para alcançar a tão sonhada modernidade. Tamanha frustração é muito presente na periferia do capitalismo, que sobrevive as marcas e fraturas de uma desigualdade que só cresce e se faz presente na memória coletiva da classe mais empobrecida. Em outras palavras, a modernidade nos países periféricos se dá dessa maneira, marcada por fraturas estruturais.

Efetivamente, a constituição do capitalismo no Brasil é parte do próprio desenvolvimento e expansão do sistema capitalista mundial, que irradiou formas e

estruturas de funcionamento para diferentes países, sendo incorporado de maneira distinta entre cada um, partindo das diferenças de suas formações sociais. É correto, portanto, definir o Brasil na condição de periferia, o qual estabelece relações hierárquicas subordinadas com os países hegemônicos, em uma condição de absorver as relações sociais e de produção próprias deste sistema, mesmo frustrado na tentativa de atingir as condições de integração social e econômica dos países do centro (ARANTES, 2004).

Nas palavras de Marildo Menegat, “Depois de várias décadas de esforços sobre-humanos para transformar realidades nacionais acanhadas, de ex-colônias, em nações modernas, este processo social se viu subitamente interrompido antes de qualquer perspectiva razoável de se concluir” (MENEGAT, 2012, p.1).

Além de tudo isso, para compreender o que se designou a chamar de modernidade e seus desdobramentos na periferia do capitalismo, é extremamente necessário refletir acerca do racismo e a materialização de seus efeitos. Para pensar cultura e os movimentos sociais em um país como o Brasil, deve-se primeiro repensar práticas discursivas racistas que ainda estão vivas nas ruínas do mito da democracia racial, na miscigenação e no embranquecimento das populações negras.

De acordo com Almeida, é impossível compreendermos o mundo sem voltarmos os nossos olhares para África e todo o processo que se desenvolveu a partir do continente africano, os impactos do colonialismo, da diáspora africana no mundo e a formação do chamado mundo ocidental. Almeida faz a indicação do livro *Crítica da Razão Negra*, de Mbembe, no canal do youtube “Panaceia Clube Livros”. No programa²⁰, recomenda:

a abordagem de uma transformação do mundo ou de um modo de vida deve atravessar a resignificação do ser negro, ou seja, uma conexão do ser negro com uma universalidade. Não de um universal construído a partir do iluminismo, mas de uma forma de universalidade construída a partir de uma luta política, da superação do racismo e da lógica do capitalismo, tendo em vista a existência da relação entre capitalismo e colonialismo. (Silvio de Almeida no programa de Youtube Panaceia Clube do Livro)

Logo, em contexto de aprofundamento da precariedade provocada pelo neoliberalismo gera-se o que ele chama de “o devir negro no mundo”, que é o

20 Programa Panaceia Clube de Livros de Silvio de Almeida disponível no Youtube emem:<https://www.youtube.com/watch?v=aCb2c-e_rrQ&ab_channel=PanaceiaClubedeLivros. Acesso em 05/09/2022.

espalhamento da condição negra mesmo para aqueles que não são negros. Até mesmo os brancos, nesse sentido, irão sofrer diante da destruição das possibilidades da vida que o neoliberalismo encerra, por exemplo com o fim das formas de proteção social por parte do Estado com os grandes deslocamentos populacionais, com o acirramento dos conflitos e por fim, diante da barbárie vigente. Logo, a reprodução das condições de vida se dá a partir da produção da morte, o que ele conceitua como Necro-Política.

De acordo com Djamila Ribeiro, na apresentação do livro *Racismo Estrutural* (2019), de Silvio de Almeida, o autor entende que “o racismo é sempre estrutural, ou seja, integra a organização econômica e política da sociedade de forma inescapável” (RIBEIRO, 2019 apud ALMEIDA, 2019, p. 12). Almeida entende que o racismo integra a organização econômica e política da sociedade de forma inescapável, sendo o racismo uma manifestação “normal” de uma sociedade (2019). Segundo o autor, o papel do Estado no capitalismo é essencial:

O papel do Estado no capitalismo é essencial: a manutenção da ordem – garantia da liberdade e da igualdade formais e proteção da propriedade privada e do cumprimento dos contratos – e a “internalização das múltiplas contradições”, seja pela coação física, seja por meio da produção de discursos ideológicos justificadores da dominação. (ALMEIDA, 2019, p. 58)

Seguindo tal análise, fica o questionamento: por que insistem, de maneira cega, em reproduzir linguagens e metodologias de lutas advindas do mesmo solo o qual a justiça e a liberdade foi arrancada de inúmeras nações e povos? Nesse sentido, Fanon afirma que “a luta por libertação não restitui à cultura nacional, seu valor e seus contornos antigos. Essa luta não pode deixar intactas as formas nem os conteúdos culturais desse povo. Após a luta não há apenas o desaparecimento do colonialismo, há também o desaparecimento do colonizado.” (FANON, 1968 p.205) e, indo além, ele afirma: “Se o homem é o que ele mesmo faz, diremos que a coisa mais urgente hoje para o intelectual africano é a construção de sua nação.” (FANON, 1968, p.206)

No livro *Os condenados da terra* (1968), o psiquiatra e filósofo político Frantz Fanon analisa o partidarismo como algo próprio da dominação colonial. “A noção de partido é uma noção importada da metrópole. Este instrumento das lutas modernas é aplicado sem alteração alguma na realidade proteiforme, desequilibrada, onde coexistem a

um só tempo a escravatura, a servidão, o escambo, o artesanato e as operações da bolsa” (FANON, 1968, p.90).

À priori, é necessário descobrir, na práxis, ou seja, na ação concreta e em sua reflexão, uma nova política que não tenha semelhança com a antiga. Inclusive, “a miséria do povo, opressão nacional e inibição da cultura são uma só e mesma coisa” (FANON, 1968, p.199). É preciso, portanto, destacar a centralidade de racializar o olhar acerca do país, da cultura e dos movimentos sociais, tendo em vista que raça estrutura a economia do Brasil, a partir do sistema escravocrata e da colonialidade. É preciso analisar a situação colonial com rigor porque tal sistema de opressão determina a cultura nacional. “A cultura nacional é, sob o domínio colonial, uma cultura contestada, cuja destruição é empreendida de maneira sistemática. É muito rapidamente uma cultura condenada à clandestinidade” (FANON, 1968, p.198).

Com efeito, segundo a filósofa Lélia Gonzalez (1988), o psicólogo Md Magno desenvolveu a ideia da escritora e psicanalista Betty Milan ao defender uma “América Africana”, sendo todos os brasileiros Ladino-Amefricanos. Embora a formação do inconsciente na pós colonialidade seja europeu e branco, é importante ampliar o olhar, enxergar para além das metodologias das lutas tradicionais ocidentais, suas classificações e conceitos. Inclusive, a influência negra na formação social e histórica do continente Americano é um tema que deve ser melhor debatido, seja nas danças, músicas, sistema de crenças, etc.

Compreende-se que a cultura brasileira tem no racismo “um sintoma principal de sua neurose cultural” (GONZALEZ, 1988, p.69) e que a força cultural apresenta-se como a melhor forma de resistência (GONZALEZ, 1988). Entende-se a colonização como uma tecnologia de apagamento e de esquecimento, no Brasil, que é o país de maior população negra do continente, no qual o racismo estabelece uma hierarquia racial e cultural que opõe a “superioridade” branca ocidental à “inferioridade negroafricana”. Tendo em vista tal problemática, Lélia Gonzalez (1988) provoca:

Por que não abandonar as reproduções de um imperialismo que massacra não só os povos do continente, mas de muitas outras partes do mundo e reafirmar a particularidade da nossa experiência na América como um todo, sem nunca perder a consciência da nossa dívida e dos profundos laços que temos com a África? (GONZALEZ, 1988, p.79).

Ademais, é necessário voltar-se para a ancestralidade africana, que teve laços cortados com o seu sangue, retirados de sua terra, de seu culto, de sua vida, forçados a sobreviver em Diáspora e criando, assim, a cultura de diáspora. É interessante perceber e refletir, inclusive, sobre quais são as relações existentes entre a luta, o conflito e a cultura. Fanon (1968) levanta tal questionamento no livro *Os condenados da terra*: “Há suspensão da cultura durante o conflito? A luta nacional é uma manifestação cultural? A luta por libertação é um fenômeno cultural?” (FANON, 1968, p.205) O pensador afirma: “A luta organizada e consciente empreendida por um povo colonizado para restabelecer a soberania da nação constitui a manifestação mais plenamente cultural que se possa imaginar” (Idem). Segundo Fanon, no livro *Pele Negra, máscaras brancas* (2008):

Aos olhos do branco, o negro não tem resistência ontológica. De um dia para o outro, os pretos tiveram de se situar diante de dois sistemas de referência. Sua metafísica ou, menos pretensiosamente, seus costumes e instâncias de referência foram abolidos porque estavam em contradição com uma civilização que não conheciam e que lhes foi imposta (FANON, 2008, p.104).

No caso brasileiro, é necessário olhar para a história antes do trágico ano de 1964, quando, segundo Roberto Schwarz, “o país estava irreconhecivelmente inteligente” (SCHWARZ, 2009, p. 19), a começar pelo método Paulo Freire de alfabetização de adultos, desenvolvido neste contexto, o qual “concebe enquanto força no jogo da dominação social, procurando acoplar o acesso do camponês à palavra escrita com a consciência de sua situação política” (SCHWARZ, 2009, p.19), além de que, no Rio de Janeiro, os Centros Populares de Cultura “improvisaram teatro político em portas de fábrica, sindicatos, grêmios estudantis e, na favela, começavam a fazer cinema e lançar discos” (SCHWARZ, 2009, p.21). E no Cinema, Glauber Rocha havia cunhado uma palavra de ordem “por uma estética da fome: a ela ligam-se alguns dos considerados por muitos, os melhores filmes brasileiros: *Vidas Secas*, *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, etc” (SCHWARZ, 2009, p.32). Porém, veio o golpe civil-militar, a repressão e o silenciamento. Segundo Schwarz, “o processo cultural foi represado, o contato com os explorados, para o qual se orientavam, foi frustrado, voltando-se para um público que não se destinavam, mudando de sentido. De revolucionários passaram a símbolo vendável de revolução.” (2009, p.37) nesse momento, em Recife, algo que merece destaque, foi a transformação do

MCP em Secretaria da assistência social (SCHWARZ, 2009, p.21) e a primeira resposta do teatro ao golpe foi a partir do Show “Opinião”, idealizado pelo diretor do Teatro de Arena, Augusto Boal. “Neste enredo, a música era resultado autêntico de uma experiência social, como a opinião que todo cidadão tem o direito de formar e cantar [...] Porém, a esquerda vinha de uma derrota, o que dava um traço indevido de complacência ao delírio do aplauso” (SCHWARZ, 2009, p.39) Nesse sentido, cabe afirmar que “a cultura é aliada natural da revolução, mas esta não será feita para ela e muito menos para os intelectuais. É feita, primariamente, a fim de expropriar os meios de produção e garantir trabalho e sobrevivência digna aos milhões que vivem na miséria” (SCHWARZ, 2009,p.58) Para isso, cabe lembrar graves erros cometidos pela esquerda naquele momento como a situação de que “o aspecto conciliatório prevalecia na esfera do movimento operário, onde o Partido Comunista fazia valer a sua influência sindical, a fim de manter a luta dentro dos limites da reivindicação econômica.” (SCHWARZ,2009,p.10) Com efeito, cabe o questionamento feito pelo autor: “ De que serve a hegemonia ideológica, se não se traduz em força física imediata?” (SCHWARZ, 2009,p.53)

Seguindo essa perspectiva, está nítido que a esquerda contemporânea precisa urgentemente ser reinventada, no Brasil e no mundo, partindo de princípios que, segundo Loureiro (2009), se inspira no pensamento de Rosa Luxemburgo: “confiança na criatividade na ação autônoma das massas populares, a fidelidade a democracia de base, a defesa do espaço público como antídoto contra a burocracia, a obsessão pela liberdade coletiva e individual.” (LOUREIRO, 2009, p. 10). Além disso, deixando de desmistificar a coexistência do antigo e do novo, uma realidade central nos países colonizados, onde “a sua ligação ao novo se faz através, estruturalmente através de seu atraso social, que se reproduz em lugar de se deixar extinguir” (SCHWARZ,2009, p.34)

Sendo assim, para não morrer de fome, a classe trabalhadora é obrigada a refazer os laços comunitários, produzindo novas formas de luta, que não correspondem mais às lutas tradicionais do proletariado nas instituições, como sindicatos e partidos, tendo em vista a escassez de conquistas políticas básicas como aumento de salário mínimo e direito à cidadania (FERREIRA, 2013). Sendo assim, a luta se constitui principalmente a partir dos laços comunitários, do território e da auto-organização. No artigo *Educação Popular, Movimentos Sociais e Serviço em Tempos de Barbárie* (2014) a autora afirma que “no caso

dos novos movimentos sociais formados na América Latina, a produção de práticas coletivas em torno do objetivo imediato de superação da fome e da miséria tem o significado da produção de novas formas de vida comunitária (ALVES, 2014, p.65).

A exemplo dos novos movimentos sociais na América Latina, das comunidades e suas histórias de sobrevivência nas periferias urbanas e rurais, quilombolas, indígenas, como a rebelião Zapatista - indígena camponês - no México. Segundo o documentário independente “Natureza e Sociedade - Movimento Zapatista” (2022)²¹, enquanto a elite branca no México lutava por maior força política e liberdade para comercializar. Os Zapatas lutavam pela permanência de seu modo de vida, pelo direito à terra e pela liberdade, pelo fim da marginalização dos povos originários, de modo a defender uma gestão autônoma do território e maior participação política.

Emiliano Zapata, líder da revolução mexicana entre 1910 e 1917 que viveu sob o governo ditatorial de Porfírio Díaz (1830-1915) lutou duramente contra a posse dos latifundiários que vinham se apropriando das terras que pertenciam aos camponeses e indígenas. Nesse contexto de extrema concentração de terras, Zapata organizava reuniões e movimentos na cidade do México aliado a camponeses indígenas. “Terra e Liberdade” era a palavra de ordem da revolução mexicana no qual pôs em prática a reforma agrária no sul do país, expropriado um terço das terras dos latifundiários e entregando-os aos povos camponeses e indígenas.

Em seguida, Zapata criou as primeiras associações agrárias, estabeleceu o crédito agrícola e inaugurou a casa rural de empréstimos de morelos. No entanto, em 1919, Zapata, já enfraquecido, foi morto a tiros em uma emboscada na cidade de Chinameca. Após o assassinato do líder revolucionário, o exército de libertação do sul desfez-se e o movimento revolucionário perde a força culminando na volta da burguesia ao poder. Em 1994, um novo levante se iniciou contra o Imperialismo e o Estado do México. Percebe-se que, embora ocorram perdas e derrotas, o movimento não se encerrou, mas sim se reorganiza, seu objetivo não é a tomada do poder, seja por eleições ou por armas. O movimento não forma guerrilheiros e soldados, mas sim promotores da educação e saúde, de modo a espalhar as sementes da autonomia.

21 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Czyl7sn-1Yo&t=1890s> Acesso em 05/09/2022.

Seguindo essa perspectiva, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) representa, entre outros movimentos de luta pela terra, a luta pela Reforma Agrária no Brasil, um dos países com maior concentração de terras no mundo. Segundo análise no site do MST²², a concentração e a improdutividade possuem raízes históricas advindas da ocupação portuguesa no século XVI. Combinada com a monocultura para a exportação e a escravidão, esse modelo de ocupação das terras brasileiras pelos portugueses estabeleceu as raízes da desigualdade social que atinge o país até os dias de hoje.

Enquanto os países do centro do capitalismo utilizaram como principal política a democratização do acesso à terra e a Reforma Agrária, a fim de impulsionar o desenvolvimento sócio-econômico, os países da periferia do capitalismo não foram capazes de desafiar a concentração de terras. Destaca-se a lei de terras, em 1850, ano de abolição do tráfico de escravizados, a qual consolidou a concentração fundiária, originando um grave e atual problema brasileiro: a grilagem de terras ou apropriação de terras devolutas através de falsa documentação, prática recorrente do latifúndio brasileiro.

Desse modo, no Brasil, a história dos trabalhadores ao longo de cinco séculos é marcada pela luta contra a exploração, expropriação, expulsão e exclusão no qual a resistência camponesa se expressa através de diversas ações. Ademais, a ditadura militar, ao instalar uma modernização agrícola seletiva, excluía os pequenos agricultores, impulsionando o êxodo rural, a exportação da produção, o uso intensivo de venenos, em um contexto político no qual os camponeses, assim como toda a sociedade, foram privados do direito de expressão, organização e reunião, medida imposta pela Lei de Segurança Nacional e o Ato Institucional nº5, um contexto nebuloso conhecido como anos de chumbo. Muitos anos depois, na década de 80, cabe ressaltar o movimento pelas Diretas Já, a fim de que a população pudesse votar para presidente da república, em um contexto de transição para a redemocratização do país. Durante o governo Sarney, houve a constituição de 1988, conhecida como a “constituição cidadã”, que ampliou, no papel, os direitos de cidadania no Brasil. Logo após, Fernando Collor vence as eleições prometendo acabar com a corrupção, no entanto, trazendo a maior inflação da história do país que também se afundava em dívidas, sofrendo uma série de protestos nas ruas, fazendo com que o presidente renunciasse em 1992, tendo em vista que o Impeachment desse governo já

22 Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/inicio/>. Acesso em 06/09/2022.

era inevitável. Destaca-se, nos anos 90, a presença do neoliberalismo econômico. O Governo de Fernando Henrique Cardoso, iniciado em 1995, é marcado pela continuação desse processo, com as maiores privatizações da história brasileira. Destaca-se também o governo Lula, eleito pelo Partido dos Trabalhadores sob o símbolo da estrela vermelha, da esquerda e do proletariado em 2002, acompanhado de uma intensificação das políticas sociais e ações afirmativas, porém, com fortes características do neoliberalismo em seu mandato, como por exemplo com as concessões das rodovias federais, estaduais. Foi um governo que propagava a integração social, o qual as políticas sociais permitiram maior acesso ao crédito, ao ensino superior, onde houve programas como bolsa família, mas que também impulsionou o lucro das empresas privadas. Com efeito, é de extrema importância refletir sobre os governos do PT e questionar a criação de uma metodologia original de gestão de uma sociedade em ruínas.

Antes de mais nada, é preciso entender que as bases técnicas do desenvolvimento do capitalismo no Brasil sempre foram defasadas em relação aos países centrais, no entanto, durante muito tempo foi possível compensar essa diferença com salários baixos e restrições de direitos. Entretanto, com o passar do tempo, tais vantagens desapareceram como pó e parte do esforço de industrialização do Brasil ficou rapidamente obsoleto (MENEGAT, 2012) e, nesse contexto, é certo afirmar que as pessoas sobrevivem em uma sociedade colapsada, uma vez que o sistema de produção não permite as condições de suprir as necessidades de contingentes crescentes da população (MENEGAT, 2012).

A cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, tem a terceira taxa de desemprego mais alta do país no primeiro trimestre de 2022, segundo reportagem do G1 que traz dados do IBGE.²³ De acordo com a analista da pesquisa, Adriana Beringuy, “questões estruturais da economia fluminense associadas à crise provocada pela pandemia explicam, em parte, a expressiva diferença da taxa de desemprego no estado quando comparada aos vizinhos sudestinos”. Destaca-se, a partir dessa reflexão, a situação alarmante de desemprego no Brasil, somada à grave crise econômica, polarização política e desigualdade social presentes na realidade do país.

Não obstante, assim como os Zapatistas no México, a luta do MST segue o seu propósito, embora sofra perseguições e violências, sendo marginalizado pela mídia

²³ Reportagem disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/05/13/rj-tem-a-3a-taxa-de-desemprego-mais-alta-do-pais-no-1o-trimestre-de-2022-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em 06/09/2022.

estigmatizados de bandidos, vagabundos e desordeiros, certamente uma narrativa falsa. O MST é o maior produtor de arroz orgânico da América Latina²⁴ e desejam ser “produtores de alimentos, de cultura e conhecimentos”, pois “Sem Reforma Agrária não há democracia”. É profícuo destacar que a semelhança entre o MST e os Zapatistas está na identificação com a terra e a luta pelo território, contendo em suas origens bases embrionárias da crítica radical do valor, que, se aprofundadas, amplia as bases da a experiência organizativa e formativa com perspectivas emancipatórias , pois é no território que uma coletividade constrói novas organizações sociais, certamente desafiando o espaço institucionalizado da política tradicional.

No caso dos territórios urbanos colapsados, dentre os movimentos urbanos que vão sendo produzidos pela luta popular, resiste o coletivo Zona Oeste Ativa, ocupando a praça pública construindo a sua resistência cultural em uma região à margem do centro da cidade. Sabe-se que a Zona Oeste foi uma grande extensão de terras rurais e ainda preserva alguns desses traços em sua paisagem urbanística, além de preservar também uma tradição rítmica e musical das pessoas que ali vivem, artistas de raro talento advindos das terras férteis que acolhiam as comitivas imperiais em suas viagens a São Paulo com saraus executados por homens e mulheres escravizados. “Através da força de suas raízes ancestrais, há uma resistência histórica às mais adversas circunstâncias sociais e econômicas, agravadas há décadas pelo descaso do poder público” (LEITÃO, 2022, p.17).

Nesse contexto de crise estrutural do capital, fome, desemprego, catástrofes ambientais e um cotidiano atravessado pela barbárie, não há perspectiva de integração social ou de igualdade social coerente e factível o suficiente para controlar as massas. Por isso, surgem novas experiências que cultivam a esperança, no sentido freireano de “esperançar”.

“A luta pela esperança significa a denúncia franca, sem meias-palavras, dos desmandos, das falcatruas, das omissões. Denunciando-os, despertamos nos outros e em nós a necessidade, mas o gosto também, da esperança” (FREIRE apud HOOKS, 2021, p. 11).

24 Segundo o Instituto Rio Grandense do Arroz (Irga), conforme reportagem da BBC. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/03/21/maior-producao-de-arroz-organico-da-america-latina-e-do-mst>. Acesso em 07/09/2022.

Nesse momento, é importante fomentar, de modo espontâneo, a práxis e a autocrítica em coletividade, trabalhando a unidade dentro da diversidade. No livro *Ensinando Comunidade: uma pedagogia da esperança* (2021), Bell Hooks²⁵, a partir das teorias de Paulo Freire nos ensina que:

A cultura do dominador tentou alimentar o medo dentro de nós, tentou nos fazer escolher a segurança em vez do risco, a semelhança em vez da diversidade. Deslocar-se nesse medo, descobrir o que nos conecta, nos divertir com nossas diferenças; esse é o processo que nos aproxima, que nos oferece um mundo de valores compartilhados, de uma comunidade significativa (HOOKS, 2021, p.210)

Então, em oposição à constituição de uma comunidade, está o desejo de fazer os outros entrarem em conformidade com uma suposta “verdade objetiva”, a qual se mescla com o “desejo de dominar e controlar” (HOOKS, 2021, p. 145). Sabe-se que ninguém se conscientiza separadamente dos demais e, nesse sentido, os círculos de cultura funcionam de modo a “recriar criticamente o seu mundo, onde não se ensina, aprende-se em reciprocidade de consciências” (FREIRE, 1983, p.15) É possível afirmar que a luta por emancipação também perpassa a linguagem e a alfabetização. Segundo o professor Ernani Maria Fiori, é sobre “colocar o alfabetizando em condições de poder re-existenciar criticamente as palavras de seu mundo, para, na oportunidade devida, saber e poder dizer a sua palavra” (FREIRE, 1983, p. 17).

Com efeito, os coletivos de cultura ocupam territórios periféricos, compreendendo que a promessa por integração social em países de economia periférica jamais poderão se completar, principalmente em tempos de crise estrutural. Dito isso, os modos de luta precisam de uma reinvenção em seu modo de organização e resistência, voltando-se para uma prática territorial e comunitária. Tais movimentos culturais constituem-se de maneira auto-organizada, ocupando espaços públicos, dialogando, preservando uma memória coletiva e realizando ações com base na experiência, construindo um novo modo de fazer política, um modo que advém da unidade.

Ademais, tal resistência cultural também se dá através das rodas, como as giras de terreiro, as rodas de jongo, capoeira, as rodas de samba, as rodas de rima, sendo expressões completas e complexas quando pessoas diversas estão no espaço público atuando em unidade e em coletividade. A exemplo da própria organização do coletivo Zona Oeste

25 A autora usa nome e sobrenome em minúsculo como protesto político.

Ativa (ZOA), que surge na periferia da cidade, sendo experiências reveladoras sobre a resistência e a luta dos povos colonizados enquanto plena manifestação de sua cultura, ao passo que luta por justiça e libertação. Nesse sentido, é imprescindível fomentar a sua autonomia, enquanto distancia-se dos mecanismos de controle social e institucionalização.

Diante disso, é preciso reafirmar: a Zona Oeste é terra fértil. Possui uma cena cultural de grande potência, mas que carrega a capa da invisibilidade e do distanciamento, talvez por estar de costas para o Cristo Redentor, possivelmente por compor uma parte mais empobrecida e mais preta da cidade. Fato é que o panorama artístico e cultural se faz em abundância, sendo importante conhecer projetos de solidariedade, de combate à fome, a miséria e a pobreza; assim como projetos de inovação, genialidade artística e sobretudo propósito, luta e consciência. Na Zona Oeste, é capaz de uma pessoa andar pelo bairro e se deparar, em vias públicas, com um telão montado e um curta-metragem brasileiro sendo exibido, em um evento de Cine-Debate promovido pelo Zona de Cinema, um coletivo que também realiza festivais e oficinas sobre o audiovisual.

É possível conhecer a museologia social do “Raízes do Gericinó” do Bumba meu Boi, de raízes maranhenses em plena favela do Catiri; é possível aprender com uma família de músicos, que representam o grupo cultural Lata Doida, que confeccionam instrumentos de lata, ensinam música e sustentabilidade na favela do Ideal, em Realengo; é possível conhecer movimento político de moradores comuns, que se organizam para cobrar a construção de um parque ecológico em um grande terreno que pertencia a uma fábrica, assim como é interessante conhecer o Espaço Cultural Viaduto de Realengo²⁶, uma ocupação artística também em Realengo. Ainda além, é possível sentir vibrar a raiz do samba “Fruta do Pé” em um quintal-quilombo em Inhoaíba, de orientação Garveista, comprometido com a filosofia e ancestralidade do ritmo, seja em suas rodas de samba, seja em suas aulas de percussão, samba no pé ou rodas de conversa;

No mais, também é possível conhecer a história existente no bairro de Santa Cruz, através do projeto “Descubra Santa Cruz”, liderado por uma guia de turismo moradora do bairro, que decidiu falar e valorizar a história do seu lugar. Assim como devemos conhecer o projeto “Casa da Rua do Amor”, o primeiro teatro de quintal de Saquassu e Urucânia. Também é possível curtir o festival de música e cultura de rua de Bangu, um espaço que

²⁶ Website oficial do Espaço Cultural Viaduto de Realengo. Disponível em: <https://www.viadutoderealengo.com/>. Acesso em 05/09/2022.

nos permite entrar em contato com a arte local de vários segmentos. Ainda, é possível conhecer os diversos multiplicadores culturais, que ensinam metodologias e passam adiante, para que a rede sempre cresça. E muito, muito mais... Na Zona Oeste se produz entretenimento, mas vai muito além disso, uma vez que produz luta e resistência, devolvendo “ao povo em forma de arte”, como canta Candeia.

Segundo Abdias Nascimento, um dos maiores intelectuais negros do Brasil, nosso país “é a maior nação negra fora do continente Africano, com mais de 70 milhões de descendentes de africanos escravizados” (NASCIMENTO, 2002, p.44). Sendo assim, se a cultura é materializada através da resistência desses povos colonizados em sua luta por emancipação, é indispensável voltar o olhar para a memória das lutas afro-brasileiras, para a educação popular e a tradição oral. Não à toa, a modernidade destrói a vida comunitária. E não à toa, a cultura da margem tem como característica, o corpo que ocupa as ruas, o corpo que samba, fala, luta, dribla as barreiras da dominação e vê na comunidade, na vida pública compartilhada e nos laços sociais, um grande valor. É necessário conhecer a formação social brasileira, conectar-se com memórias ancestrais de luta, sonoridades e significantes afro-brasileiros, na tentativa de uma auto-localização no mundo, a fim de impulsionar a cultura, fazendo a crítica do presente com perspectiva do futuro. De acordo com Abdias “é urgente a necessidade do negro brasileiro recuperar sua memória, sistematicamente agredida pela estrutura de dominação ocidental européia há quase 500 anos.

Nesse sentido, o quilombismo, como descrito por Abdias Nascimento (2002) representa um grande exemplo ancestral para o futuro das lutas auto-organizadas no Brasil, sendo um orientador para as futuras ações do coletivo Zona Oeste Ativa. O quilombismo não significa escravo fugido, este significante reduz a sua prática. Os quilombos têm semelhança com o comunitarismo de tradição africana, distanciando-se das relações de produção que predomina na extração de mais valia do trabalho, como é nas bases do capitalismo, fundada na razão do lucro sem que haja limites. No quilombismo não há propriedade de terra, dos meios de produção e de recursos da natureza, pois tudo isso é de uso coletivo. O trabalho no quilombo distancia-se da sensação de castigo, sendo uma maneira de libertação, onde o ser humano desfruta como direito e obrigação social. Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão

existencial, de modo que a sociedade quilombola reflete uma grande etapa no progresso humano e sócio-político em termos de igualitarismo econômico. Os precedentes históricos conhecidos confirmam essa colocação (NASCIMENTO, 2002). Nos termos da pedagogia freireana, a práxis, enquanto prática de liberdade, “é reflexão e ação dos homens” (FREIRE, 2011, p. 52) que transformam a si mesmos enquanto transformam as circunstâncias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre as competências profissionais registradas na Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993, conhecida como Lei de Regulamentação da Profissão do Assistente Social consta: “planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais”²⁷. Nesse sentido, a cultura não pode ser relegada ao esquecimento, ou à segundo plano, já que impulsiona a afirmação de identidade, pertencimento, emancipação, tomada de decisões, etc.

Diante disso, a pesquisa teve como objetivo geral narrar a experiência do movimento Zona Oeste Ativa, a fim de posicionar a cultura em um campo complexo de organização de todo um modo de vida. Constata-se que o objetivo geral foi atendido, pois objetivamente a experiência da ocupação das praças o qual a Zona Oeste Ativa realiza, identifica a prática dos novos movimentos sociais e culturais, especialmente aqueles atuantes na periferia, ou seja, a margem de um Centro econômico. Atuamos no refazimento da vida comunitária e reconstituição de laços rompidos no contexto histórico do advento da Modernidade, a qual propagou uma vida cada vez mais individualista e privada.

Inicialmente, o objetivo específico era escrever sobre as memórias dos encontros organizados pelo movimento na praça Guilherme da Silveira. Ademais, fazia parte do objetivo narrar sua metodologia de auto-organização, rememorando a organização das rodas de conversa, a reflexão coletiva acerca de qual tema seria importante debater, o convite a pessoas referência na temática abordada, na escolha das apresentações de artistas locais, artes visuais, grafite, dança e demais segmentos da cultura, assim como os desafios

27 Lei disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm. Acesso em 05/09/2022.

e tentativas de repressão enfrentados pelos organizadores. Trazendo registros fotográficos e sistematização das ações, realizamos este objetivo.

Outro objetivo específico atendido foi relacionar essas experiências e memórias com o materialismo histórico, realizando uma pesquisa bibliográfica acerca do advento da modernidade no coração do Capitalismo. Olhamos mais atentamente para as revoluções, exemplos de alguns movimentos de resistência históricos, as transformações das lutas sociais e a perda de sua combatividade ao passo que o Sociometabolismo do Capital se desenvolvia no centro e também na periferia, refletindo, em seguida, sobre a crise estrutural.

A pesquisa partiu da hipótese da cultura enquanto um campo complexo que organiza todo um modo de vida e que muda de significante ao passo que a realidade social também se altera, com a passagem da civilização de uma vida rural para os centros urbanos. Após essa passagem histórica, no contexto expansivo do sistema capitalista, havia condições minimamente satisfatórias de reprodução social, principalmente no centro do capitalismo, porém, a partir dos anos 1970, o Estado não oferece mais respostas de cidadania, de ampliação das políticas de bem-estar social, culminando na expulsão da mão de obra viva dos postos de trabalho, fazendo com que o trabalho morto, ou seja, as máquinas, dominem o trabalho vivo, o que representa uma contradição insuperável para esse sistema econômico, que tem no trabalho vivo a sua condição de reprodução. Segundo Mészáros, “o novo padrão emergente de desemprego como uma tendência socioeconômica adquire o caráter de um indicador do aprofundamento da crise estrutural do capitalismo atual”. (Mészáros, 2011, p. 69). Durante o trabalho, verificou-se que no caso dos países subdesenvolvidos, como o Brasil, a integração social e o desenvolvimento nunca se completaram e jamais poderiam ser, pois o Imperialismo necessita de regiões periféricas para explorar, regiões estas que irão conviver com o moderno e o obsoleto, o progresso e a barbárie.

Com efeito, é possível afirmar que a hipótese se confirma. No Brasil, os índices de desemprego, trabalho informal, violências de gênero, policial, crimes raciais, intolerâncias e até mesmo a volta da fome enquanto uma realidade não deixa dúvidas: é a barbárie sendo naturalizada diante de nossos olhos, há muitos anos. O povo marginalizado possui uma memória coletiva da não-integração, do trabalho informal, da desigualdade, do

racismo e da inviabilização do acesso a políticas públicas e a qualidade de vida. Dessa maneira, essa realidade social os impulsiona a irem às ruas, mobilizados, construindo coletivamente lutas espontâneas, auto-organizadas, baseadas nos valores comunitários. Essa é uma realidade na Zona Oeste do Rio de Janeiro, onde os movimentos de cultura atuam de maneira independente, geralmente alinhados com um propósito social. No entanto, percebe-se que a tentativa de controle social por parte do Estado tende a mediar os conflitos, apaziguar os ânimos, sempre na tentativa de realizar reformas, sem pretensões de resolver os problemas sociais em suas raízes. Logo, a institucionalização desses movimentos ou a sua transformação em política pública pode gerar a perda de sua crítica social, burocratizando sua prática, tal qual acontece dentro dos partidos.

Apesar desse cenário desfavorável, a arte é uma das ferramentas existentes para as lutas sociais e, portanto, proponho lembrar o samba-enredo que a escola Primeira de Mangueira compôs em 2019: “A história que a história não conta”²⁸ que também tratou de fazer críticas sociais ao cantar que a liberdade não veio dos céus, ou das mãos da princesa Isabel, mas sim da luta, e que atrás do herói emoldurado nos museus que exaltam histórias da colonização, existe muito sangue retinto e pisado. Ao som dos tambores, a Mangueira cantou os versos que o livro apagou, os quais não contam que, desde 1500, têm mais invasão do que descobrimento. E foi com os gritos de “Brasil chegou a vez de ouvir as Marias, Mahins, Marielles, Malês” que a Estação Primeira de Mangueira entrou na avenida, se tornando a escola campeã daquele ano.

Compreende-se, portanto, o carnaval como uma grande festa de terreiro e, além disso, uma potente manifestação de luta pela libertação de um povo afro-brasileiro historicamente reprimido. Não podemos esquecer que o samba fazia parte da clandestinidade e os africanos escravizados no Brasil, assim como em outras colônias, foram proibidos de realizar seus rituais religiosos, tocar suas músicas e continuar sua cultura. Referindo-se à proibição no Caribe, do toque do tambor, Abdias Nascimento resgata uma história de resistência: “Os africanos passaram a batucar sobre qualquer lata vazia, caneco ou vasilhame inútil que podiam encontrar, a fim de não se submeterem ou deixar sucumbir sua música, incriminada como atividade delituosa” (NASCIMENTO, 2002, p. 29).

28 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JMSBisBYhOE>. Acesso em 06/09/2022.

A dimensão da resistência política é, em algum nível, observada no coletivo Zona Oeste Ativa e em outros movimentos de cultura da Zona Oeste, especialmente a partir da relação com a diversidade e a produção cultural. Exemplificamos, então, a ideia de que “uma nação nascida da ação combinada do povo, que encarna as aspirações reais do povo, que modifica o Estado não pode existir senão sob formas de excepcional fecundidade cultural” (FANON, 1968, p.205). Para Fanon, “se a cultura é a manifestação da consciência nacional, não hesitarei em afirmar, no caso que nos ocupa, que a consciência nacional é a forma mais elaborada da cultura” (FANON, 1968, p. 205).

Nesse ritmo, a estrela-guia, símbolo da Mocidade Independente de Padre Miguel parece, de fato, iluminar práticas culturais feitas com o coração, de modo a transformar o sonho em realidade, com o pé no chão, como diz o clássico samba-enredo “Sonhar não custa nada, ou quase nada!”. A partir deste lugar, no qual os sujeitos periféricos podem se mover pela sociedade, como é o exemplo de Elza Soares, natural de Padre Miguel. Aos 13 anos, Elza Soares cantava, pela primeira vez, se colocando de frente para o público, com trapos velhos de sua mãe, sustentado em seu corpo desnutrido, por agulhas. Antes de cantar, foi questionada pelo apresentador do programa, de que planeta ela havia vindo. Elza, rapidamente respondeu “Do planeta fome”, deixando o público com a sensação de um soco no estômago, segundos antes de chocar a todos com a sua potente voz.

A saber: Elza Soares vinha diretamente de Padre Miguel, nascida em moça bonita, na favela da Vintém, Zona Oeste do Rio de Janeiro, para o mundo. Esse era o planeta ao qual ela se referia. Passou fome por longos anos, mas viveu o resto de sua vida alimentando o Brasil e afora com sua arte e voz que amordaçava a opressão. Sempre com a estrela da Mocidade em seu peito. Por fim, cabe reafirmar: a memória sócio-cultural da região da Zona Oeste é profunda, a bateria da Mocidade é a mais quente, internacionalmente conhecida pela Paradinha do Mestre André, sendo o toque invertido a característica da bateria desde os tempos do mestre, diferenciando-se das demais. Assim, seguem os artistas, ativistas, produtores, trabalhadores, crianças, escritores (...) da Zona Oeste, produzindo cultura, arte e resistindo às mazelas valendo-se de suas raízes.

Laroyê e mojubá liberdade
Abre os caminhos pra Elza passar
Salve a Mocidade
Essa nega tem poder
É luz que clareia

É samba que corre na veia
(...)
Lá vai menina
Lata d'água na cabeça
Vencer a dor, que esse mundo é todo seu
Onde a água santa foi saliva
Pra curar toda ferida
Que a história escreveu
É sua voz que amordaça a opressão
Que embala o irmão
Para a preta não chorar (para a preta não chorar)
Se a vida é uma aquarela
Vi em ti a cor mais bela
Pelos palcos a brilhar
(...)
É hora de acender
No peito a inspiração
Sei que é preciso lutar
Com as armas de uma canção
A gente tem que acordar
Da lama nasce o amor
Quebrar as agulhas que vestem a dor
(...)
Brasil
Enfrente o mal que te consome
Que os filhos do planeta fome
Não percam a esperança em seu cantar
Ó nega!
Sou eu que te falo em nome daquela
Da batida mais quente
O som da favela
É resistência em nosso chão

(Samba Enredo Mocidade Independente de Padre Miguel - Elza Deusa Soares, 2020)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro/Pólen, 2019. Disponível em: [https://blogs.uninassau.edu.br/sites/blogs.uninassau.edu.br/files/anexo/racismo_estrutural_feminismos - silvio luiz de almeida.pdf](https://blogs.uninassau.edu.br/sites/blogs.uninassau.edu.br/files/anexo/racismo_estrutural_feminismos_-_silvio_luiz_de_almeida.pdf). Acesso em 05/09/2022.

ALVES, Adriana. *Movimentos Sociais e Serviço em Tempos de Barbárie*. *Libertas Online - Revista de Serviço Social da UFJF*, v. 14 n. 2 , jul. dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18300>. Acesso em 05/09/2022.

AMÂNCIO, Cardes. Insurgência necessária: um cinema In *Cinema: afetos e territórios*. Organizadores: Cardes Amâncio, Paulo Heméritas, Wagner Moreira. Belo Horizonte: LED, 2021. Disponível em: [https://issuu.com/cardesamancio/docs/cinema - _afetos e territo rios](https://issuu.com/cardesamancio/docs/cinema_-_afetos_e_territo_rios). Acesso em 04/09/2022.

ANTUNES, Ricardo. Apresentação In: MÉSZAROS, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.

ARANTES, Paulo. *A Fratura Brasileira do Mundo: visões do Laboratório Brasileiro da Mundialização*. São Paulo: Conrad, 2004

BOGO, Ademar. *Arquitetos de sonhos*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2003.

COELHO, Daniel. CAMINHAS, Vagner. AUGUSTO, T. Desenvolvimento Capitalista: um debate sobre a relação centro-periferia. Rio de Janeiro. Julho, 2022. Disponível em: <https://efdeportes.com/efd177/desenvolvimento-capitalista-a-relacao-centro-periferia.htm>. Acesso em 05/09/2022.

CONCEIÇÃO EVARISTO. CONCEIÇÃO EVARISTO – “A escrevivência serve também para as pessoas pensarem”. *Agência de Notícias do Itaú Social*. Dez Perguntas para... São Paulo, 9 de nov. de 2020. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/noticias/conceicao->

[evaristo-a-escrevivencia-serve-tambem-para-as-pessoas-pensarem/](#). Acesso em 05/09/2022.

DANTAS, Daniele Cristina. Indicadores e a análise da oferta cultural na Cidade do Rio de Janeiro. *Cadernos do Desenvolvimento Fluminense*, n.11, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cdf/article/view/35875>. Acesso em 04/09/2022.

DAS FAVELAS, Observatório. Carta da Maré - Manifesto da Periferia: as periferias e seu lugar na cidade. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL “O QUE É A PERIFERIA AFINAL E QUAL O SEU LUGAR NA CIDADE?”, 2017, Favela da Maré/Rio de Janeiro. Carta da Maré disponível em 15 idiomas. Disponível em: <https://revistaperiferias.org/wp-content/uploads/2019/07/periferias-manifesto-3-portugues.pdf>. Acesso em 21/02/2020.

FERREIRA, Adriana Amaral. Depois da barbárie: pensando os sentidos de práxis das massas no Brasil contemporâneo. In: FERREIRA, Adriana Amaral; BRAGA, Henrique Pereira (Org). *Ensaio de teorias críticas da sociedade*. Seropédica: Ed. da UFRRJ, 2021.

FERREIRA, Adriana Amaral. Ensaio das formas de resistência na história: crítica do capital e práxis emancipatória. 2013. 200f. Doutorado (Tese). UFRJ. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2013.

FANON, Frantz. *Os condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EdUFBA, 2008. Disponível em: https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/05/Frantz_Fanon_Pele_negra_masca_ras_branca.pdf. Acesso em 05/09/2022.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GONZÁLEZ, Horácio. *A comuna de Paris: os assaltantes do céu*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de Amefricanidade. *Revista Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, Nº. 92/93 (jan./jun.). 1988, p. 69-82. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-categoria-polc3adtico-cultural-de-amefricanidade-lelia-gonzales1.pdf>. Acesso em 04/09/2022.

KURZ, Roberto. A falta de autonomia do Estado e os limites da política: quatro teses sobre a crise da regulação política. Conferência lida no Colóquio: "Capital e Estado na América Latina", Agosto de 1994, publicado na revista Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, maio de 1995. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kurz/1994/08/90.htm>. Acesso em 05/09/2022.

LEITÃO, Luiz Ricardo. *Tiãozinho da Mocidade e os bambas de Padre Miguel*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial. São Paulo: Outras Expressões, 2022.

LOUREIRO, Isabel (Org) *Rosa Luxemburgo: textos escolhidos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MANSUR, André Luís. *O velho oeste carioca II: mais histórias da ocupação da zona oeste do rio de janeiro (de Deodoro a Sepetiba), do século XVI ao XXVI*. Rio de janeiro: Ibis Libris, 2011.

MAGALHÃES, Norma. Comunidade, território e bailes funk de corredor. Estudo apresentado ao Programa de Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito para a obtenção do título de Bacharel. Rio de Janeiro, Setembro de 2021. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php/Comunidade,territ%C3%B3rio_e_bailes_funk_de_corredor:_Rio_de_Janeiro,_cada_de_1990#Hist.C3.B3ria_do_funk_e_especificamente_do_baile_de_corredor Acesso em: 16/05/2022

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I - O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2011. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2547757/mod_resource/content/1/MARX%20%20Karl.%20O%20Capital.%20vol%20I.%20Boitempo..pdf. Acesso em 06/09/2022.

MENEGAT, Marildo. *Unidos por catástrofes permanentes: o que há de novo nos movimentos sociais da América Latina*. In: VII SIMPÓSIO NACIONAL ESTADO E PODER: sociedade civil, 2012, Uberlândia. Anais... Disponível em: <https://www.historia.uff.br/estadoepoder/7sneq/docs/005.pdf> Acesso em 05/09/2022.

MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.

NASCIMENTO, Abdias. *O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista*. Rio de Janeiro: Fundação Palmares / OR Editorial Produtor Independente, 2002.

Disponível em:

https://issuu.com/institutopesquisaestudosafrobrasile/docs/quilombismo_final. Acesso em 06/09/2022.

RIBEIRO, Djamila. Apresentação. In: DE ALMEIDA, Sílvio. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro/Pólen, 2019.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. São Paulo: Paz e Terra, 1987

THOMPSON, Edward. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial In THOMPSON, Edward. *Costumes em comum*. Editora Schwarcz, São Paulo: 1998. p. 267 – 304.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e Materialismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2011